



INSTITUTO FEDERAL
GOIANO
Câmpus Rio Verde

BACHARELADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL

**ECOTURISMO: UMA ALTERNATIVA PARA ALÉM DO
AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE - GO**

LILIANE FARIA MOURA

Rio Verde - GO

Junho, 2019

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIANO – CAMPUS RIO VERDE
BACHARELADO EM ENGENHARIA AMBIENTAL**

**ECOTURISMO: UMA ALTERNATIVA PARA ALÉM DO
AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE-GO**

LILIANE FARIA MOURA

Trabalho de Curso apresentado ao Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Engenharia Ambiental.

Orientador(a): Prof. Esp. Juarez Martins Rodrigues
Co-orientador: Prof. Dr. Hipólito Tadeu F. da Silva

Rio Verde – GO

Junho, 2019

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano

MM929e Moura, Liliane
Ecoturismo: Uma alternativa para além do
agronegócio no município de Rio Verde - GO / Liliane
Moura; orientador Juarez Rodrigues; co-orientador
Hipólito Tadeu Silva. -- Rio Verde, 2019.
68 p.

Monografia (em Engenharia Ambiental) --
Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde, 2019.

1. Agronegócio. 2. Atrativos naturais. 3. Educação
Ambiental. 4. Sustentabilidade. I. Rodrigues,
Juarez, orient. II. Silva, Hipólito Tadeu, co-orient.
III. Título.



INSTITUTO FEDERAL
Goiano

Repositório Institucional do IF Goiano - RIIIF Goiano
Sistema Integrado de Bibliotecas

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

Identificação da Produção Técnico-Científica

Tese
 Dissertação
 Monografia – Especialização
 TCC – Graduação
 Produto Técnico e Educacional Tipo:

Artigo Científico
 Capítulo de Livro
 Livro
 Trabalho Apresentado em Evento

Nome Completo do Autor:

Matrícula:

Título do Trabalho:

Restrições de Acesso ao Documento

Documento confidencial: Não Sim, justifique: _____

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIIF Goiano: 16/10/2019

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

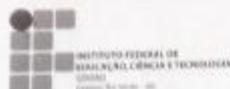
Rita Verde 16/10/2019
Local Data

Liliane Tavares Moura

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

J. Rodrigues
Assinatura do(a) orientador(a)



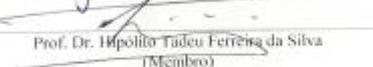
ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CURSO (TC)

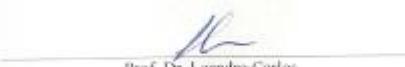
ANO	SEMESTRE
2019	I

No dia 27 do mês de junho de 2019 às 14h00min, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes, Esp. Juarez Martins Rodrigues, Dr. Hipólito Tadeu da Silva e Dr. Leandro Carlos, para examinar o Trabalho de Curso intitulado: Ecoturismo: uma alternativa para além do agronegócio no município de Rio Verde-GO, da acadêmica Liliane Faria Moura. Matrícula nº 2013202200740011 do curso de Engenharia Ambiental do IF Goiano – Campus Rio Verde. Após a apresentação oral do TC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela Aprovação da acadêmica. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata, que segue datada e assinada pelos examinadores.

Rio Verde, 27 de junho de 2019.


Prof. Esp. Juarez Martins Rodrigues
(Orientador)


Prof. Dr. Hipólito Tadeu Ferreira da Silva
(Membro)


Prof. Dr. Leandro Carlos
(Membro)

Observação:

() O(a) acadêmico(a) não compareceu à defesa do TC.

Dedico a Deus por me guiar, sustentar, por ser o meu grande amigo e herói.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado forças e por jamais permitir que eu parasse na jornada da graduação em Engenharia Ambiental.

Ao IF goiano desde os funcionários da portaria, cantina e em especial aos bibliotecários e professores, aos quais foram de extrema importância durante a jornada da graduação e produção da pesquisa.

Aos professores Juarez e Hipólito pelas orientações para a produção da pesquisa.

À todos entrevistados, que foram de suma importância para a realização do estudo, aos quais muito contribuíram para que este estudo tivesse material relevante em relação ao município de Rio Verde e distritos de Lagoa do Bauzinho, Ouroana e Riverlândia.

Aos professores Juarez Martins Rodrigues, Hipólito Tadeu Ferreira da Silva e Leandro Carlos, que se disponibilizarem para comporem a banca examinadora.

Agradeço à minha família de coração por ter compreendido os momentos distantes e me auxiliar à cumprir essa meta, a qual não foi fácil, mas que valeu cada momento de aprendizado. Aos amigos e colegas agradeço pelo simples fato de existirem.

RESUMO

MOURA, Liliane Faria. **Ecoturismo: Uma alternativa para além do agronegócio no município de Rio Verde - GO**. 2019. 68p. Monografia (Curso Bacharelado em Engenharia Ambiental) -Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde, Rio Verde, GO, 2019.

O presente trabalho foi realizado no município de Rio Verde, cuja pesquisa fora desenvolvida em campo através de entrevistas com questões objetivas e subjetivas sobre o tema de ecoturismo. Foram consultadas tanto pessoas da comunidade quanto agentes públicos, envolvidos diretamente na cadeia de turismo, na finalidade de buscar entender a realidade do município e investigar os atrativos naturais que pudessem fomentar o ecoturismo local. Por outro lado, a pesquisa sinteticamente abordou sobre o agronegócio, em face deste, ser de grande importância econômica para o município de Rio Verde. Por fim, concluiu-se que a modalidade de ecoturismo é uma alternativa para o desenvolvimento sustentável, viável para o município de Rio Verde, todavia deve haver planejamento, auxílio do Poder Público para agregar a criação de Áreas de Proteção Ambiental nas áreas que circundam as cachoeiras, de modo que possa promover a conservação da natureza, a educação ambiental, e a economia, ofertando o meio natural tanto para os proprietários das terras particulares quanto para as famílias que queiram interagir com a natureza.

Palavras-chave: Agronegócio, atrativos naturais, educação ambiental, sustentabilidade.

ABSTRACT

MOURA, Liliane Faria. **Ecotourism: An alternative to agribusiness in Rio Verde - GO.** 2019. 68p. Monograph (Bachelor Degree in Environmental Engineering) - Federal Institute of Education, Science and Technology Goiano - Rio Verde Campus, Rio Verde, GO, 2019.

The present work was carried out in the city of Rio Verde, whose research had been developed in the field through interviews with objective and subjective questions about the theme of ecotourism. Both community members and public agents, directly involved in the tourism chain, were consulted in order to seek to understand the reality of the municipality and investigate the natural attractions that could foster local ecotourism. On the other hand, the research synthetically addressed agribusiness, as it is of great economic importance for the municipality of Rio Verde. Finally, it was concluded that the mode of ecotourism is an alternative for sustainable development, viable for the municipality of Rio Verde, however there must be planning, assistance from the Government to add the creation of Environmental Protection Areas in the areas surrounding the waterfalls, so that it can promote nature conservation, environmental education, and the economy by offering the natural environment to both private landowners and families who want to interact with nature.

Key words: Agribusiness, natural attractions, environmental education, sustainability

LISTA DE ABREVIACOES E SMBOLOS

ABNT NBR: Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AMT: Agência Municipal de Trânsito
APA: rea de Preservação Ambiental
CAT: Centro de atendimento ao turista
CTC : Centro Tecnológico Comigo
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
COMIGO:Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
COMTUR: Conselho Municipal de Turismo
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
EMBRATUR:Instituto Brasileiro de Turismo
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IPHAN:Instituto do Patrimnio Histórico e Artístico Nacional
ITC: Instituto de Ciência e Tecnologia Comigo
MMA: Ministério do Meio Ambiente
MTur: Ministério do Turismo
ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS:Organização Mundial de Saúde
ONU: Organização das Nações Unidas
PIB: Produto Interno Bruto
PNEA: Política Nacional de Educação Ambiental
PNT: Plano Nacional de Turismo
PNMA: Política Nacional do Mio Ambiente
SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio s Micro e Pequenas Empresas
SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEUC: Sistema Estadual de Unidades de Conservação
UC: Unidade de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Jornal “O Popular” Tecnoshow em Rio Verde.	20
Figura 2- Abóbora moranga no canteiro central do encontro da Avenida Barrinha com a Avenida Paulo Roberto Cunha.	21
Figura 3- Abóboras espalhadas em Rio Verde (A), Abóboras ao redor do cristo em Rio Verde (B e C).	21
Figura 4- Cartaz do evento gastronômico com o sabor da cultura de Rio Verde.....	22
Figura 5- Escondidinho de abóbora (A), Empadão de abóbora com carne seca (B), Chips de abobrinha (C).....	22
Figura 6- Centro Educacional Infantil Meninos dos Olhos de Deus e Hotel Pernoite.....	23
Figura 7- Educação Ambiental: Projeto Escola no Silvestre Park Hotel Eco Resort.....	24
Figura 8- Cartaz sobre Cronograma do Circuito Turístico Pegadas no Cerrado.....	25
Figura 9- Rio Verde tem Turismo.	25
Figura 10- Cicloturistas em Rio Verde. Fonte: Jonas Alves.	26
Figura 11- Resultado sobre o conceito da palavra ecoturismo.	27
Figura 12- Artesões na praça: Projeto “Sexta Feira na Feira”. Fonte: Diretoria de Turismo de Rio Verde.....	29
Figura 13- Cartaz de Edição Especial do Projeto “Sexta – Feira na Feira”. Fonte: Diretoria de Turismo de Rio Verde.	30
Figura 14- Edição especial do Projeto “Sexta feira na Feira” no Instituto Federal Goiano. Fonte: Diretoria de Turismo de Rio Verde.....	30
Figura 15- Edição especial do Projeto “Sexta feira na Feira” em Shopping de Rio Verde. Fonte: Diretoria de Turismo de Rio Verde.....	31
Figura 16- Portal da cidade de Rio Verde – Futuras instalações do CAT de Rio Verde. Fonte: Arquivo da autora.	32
Figura 17- Folder da data comemorativa do “Dia das Araras” em Rio Verde–GO (A), Arara em buriti em Rio Verde – GO (B). Fonte: Diretoria de Turismo de Rio Verde.....	32
Figura 18- Escadaria da base da igrejinha da serra da Cascalheira. Fonte: Memorial da cidade de Rio Verde.	33
Figura 19- Cartaz do filme da “Igrejinha da Serra”. Fonte: José Alberto Pereira – (Alberto Rocco).....	34
Figura 20- Cachoeira da Laje/Britador. Fonte: arquivo da autora.....	35

Figura 21- Placa indicativa para cachoeira São Tomás e Cachoeira São Tomás. Fonte: arquivo da autora.	36
Figura 22- Cachoeira São Tomás. Fonte: arquivo da autora.	37
Figura 23- Comunidade Rio-Verdense em frente a Cachoeira São Tomás. Fonte: Daniel Gavazzoni.	37
Figura 24- Cachoeira Cabeleira/Rio Preto. Fonte: Goiás Agência Estadual de Turismo. Fonte: Goiás Agência Estadual de Turismo.	38
Figura 25- Cachoeira Cabeleira/Rio Preto. Fonte: Lucas Vitor	38
Figura 26- Cachoeira da Fama. Fonte: Juarez Rodrigues Martins.	39
Figura 27- Cachoeira da Fama. Fonte: autora da pesquisa.	40
Figura 28- Lago no Distrito de Lagoa do Bauzinho (A), Lago do Distrito de Lagoa do Bauzinho sob o ângulo da rodovia BR-452 (B). Fonte: autora da pesquisa.	41
Figura 29- Autora da pesquisa em frente a praça do Distrito de Riverlândia. Fonte: autora da pesquisa	42
Figura 30- Comunidade Rio-Verdense em frente ao vale - Ouroana. Fonte: Ranusa Pires de Oliveira	43
Figura 31- Salto de Parapente em Ouroana. Fonte: CAT - Ouroana.	43
Figura 32- Cachoeira Água Limpa - Ouroana/Rio Verde. Fonte: Lucas Vitor	44
Figura 33- Vista da Cachoeira Água Limpa. Fonte: Ranusa Pires Oliveira.	45
Figura 34- Imagem da base da cachoeira Água Limpa. Fonte: Geraldo Acir de Freitas	45
Figura 35- Cachoeira Pitanga. Fonte: Lucas Vitor.	46
Figura 36- Vitrine de Artefatos arqueológicos (A), Machado Polido (B), Mão de Pilão (C), Bigorna (D). Fonte: CAT - Ouroana	47
Figura 37- Panfleto do 1º pedal Ecológico de Ouroana - 2019. Fonte: Rhauder Francisco Alves.	48
Figura 38- Ciclistas reunidos em Ouroana. Fonte: Rhauder Francisco Alves.	49
Figura 39- Vista para a vegetação do topo da Cachoeira Água Limpa.	49

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REVISÃO DE LITERATURA	3
2.1 História de Rio Verde	3
2.1.1 Agronegócio no Município de Rio Verde.....	3
2.1.2 Relação do Agronegócio e Agrotóxicos	4
2.1.3 Riscos Ambientais e à Saúde Humana Relacionado aos Agrotóxicos	4
2.2 Definição de Ecoturismo	5
2.2.1 Perfil do Ecoturista	7
2.2.2 Conservação da Natureza e Ecoturismo	7
2.2.3 Sustentabilidade e o Ecoturismo	9
2.2.4 Atrativos Naturais e Ecoturismo	11
2.2.5 Impactos Ambientais e Ecoturismo	12
2.2.6 Educação Ambiental e Ecoturismo	13
2.2.7 Infraestrutura e Desafios para a Atividade de Ecoturismo	15
2.2.8 Viabilidade para a Economia Local através do Ecoturismo	16
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	20
4.1 Agronegócio no município de Rio Verde	20
4.1.1 Cultura em Rio Verde	20
4.1.2 Infraestrutura de Apoio em Rio Verde	23
4.1.3 Circuito Pegadas no Cerrado Goiano.....	24
4.2 Ecoturismo no município de Rio Verde	26
4.3 Cachoeiras em Rio Verde	34
4.3.1 Cachoeira da Laje	34

4.3.2 Cachoeira São Tomás	35
4.3.3 Cachoeira Cabeleira/ Rio Preto.....	37
4.4 Distrito de Lagoa do Bauzinho	39
4.4.1 Cachoeira da Fama.....	39
4.5 Distrito de Riverlândia.....	41
4.6 Ouroana.....	43
4.6.1 Cachoeira Água limpa	44
4.6.2 Cachoeira Pitanga	46
4.6.3 Acervo Arqueológico de Ouroana	47
4.6.4 Cicloturismo em Ouroana	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
6 REFERÊNCIAS.....	52
ANEXOS	62

1 INTRODUÇÃO

O município de Rio Verde, se localiza no interior de Goiás, dista de Goiânia, capital do Estado de Goiás, cerca de 220km e de Brasília, capital do Brasil, cerca de 440 km. O município é constituído de quatro distritos, sendo Rio Verde, o distrito Sede e Lagoa do Bauzinho, Ouroana e Riverlândia, os distritos secundários.

Segundo dados do IBGE (2018), Rio Verde tem 229.651 habitantes, conhecida como a capital do agronegócio em Goiás, sendo considerada a 4ª cidade mais ativa na economia do Estado de Goiás e a 112ª em nível nacional, com o Produto Interno Bruto (PIB) acima de 8 bilhões.

O turismo na forma de ecoturismo não é uma atividade fortemente presente no município de Rio Verde, porém a pesquisa possuiu como foco investigar o possível potencial para o segmento na modalidade de ecoturismo para o município de Rio Verde, tendo como justificativa as belezas cênicas das paisagens naturais no entorno do município.

A conservação da natureza promove o bem estar e a qualidade de vida tanto para o meio biótico quanto para as pessoas. De modo que, pode ser mercantilizada e utilizada para fins econômicos, ambientais e sociais, ou seja, estimular o desenvolvimento sustentável e impulsionar a promoção do turismo através da modalidade de ecoturismo.

Para que a modalidade do ecoturismo possa ser continuamente desenvolvida, carece da base de apoio, que seriam os atrativos naturais conservados, o envolvimento da comunidade, a infraestrutura e cultura local. Todavia para implementar a modalidade de ecoturismo em um município, necessita de planejamento e efetivar Políticas Públicas direcionadas especificamente para o desenvolvimento da atividade de ecoturismo, afim de que possam ser desenvolvidas independentes dos governantes que estejam na gestão. Deveras que, ao planejar as ações da atividade de ecoturismo coloca a natureza a ser vista e utilizada como um produto a ser adquirido, ou seja, se torna um objeto de consumo por parte das pessoas que queiram conhecê-la em seu estado natural.

A hipótese a ser considerada, traça perante a relação dos atrativos naturais da localidade que podem ser conservados, mas ao mesmo tempo podem promover a participação da comunidade, a educação ambiental e econômica, através da modalidade de ecoturismo, cuja atividade colabora para o equilíbrio entre a produtividade do agronegócio e o meio ambiente visando como finalidade, o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa fez-se uma revisão literária abrangendo a história de Rio Verde, o agronegócio e ecoturismo, de modo que, através da pesquisa de campo visou apontar os atrativos naturais, a cultura e a infraestrutura local para que os mesmos fossem apresentados e demonstrar a realidade local do município de Rio Verde a fim de que estes pudessem serem avaliados e levar à conclusão da possível possibilidade para o desenvolvimento da modalidade de ecoturismo no município.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 História de Rio Verde

Segundo Pires (1998), os primeiros desbravadores de Rio Verde foram José Rodrigues de Mendonça e sua esposa Florentina Cláudia de São Bernardo em torno do ano de 1800. Quanto ao nome de Rio Verde, este recebeu os seguintes: Arraial das Dores de Rio Verde (apelido), Arraial das Abóboras (apelido), Vila das Abóboras (apelido), Freguesia de Nossa Senhora das Dores (oficial), Vila Nossa Senhora das Dores de Rio Verde (oficial) e Rio Verde (oficial e atual) (PIRES, 1998).

Ainda de acordo com Pires (1988), os apelidos de Rio Verde se deram quando os combatentes da guerra do Paraguai, os quais eram em torno de 3000 pessoas que acamparam na região e denominaram o local de abóbora, pois este produto era destinado à alimentação de porcos e raramente consumido por seres humanos. O desenvolvimento de Rio Verde se deu em face de agricultores oriundos de São Paulo e região Sul (PIRES, 1988).

2.1.1 Agronegócio no Município de Rio Verde

O agronegócio é composto por setores que abrange desde a esfera de produção agropecuária até a distribuição dos produtos para o mercado tanto nacional quanto internacional (PIZARRO e DE ALMEIDA, 2007).

A partir da década de 90, a expressão agronegócio no Brasil passou a indicar o uso de tecnologia moderna e “eficiência”, “ganhos em produção e produtividade” e “inserção” competitiva no mercado internacional (OLIVEIRA, 2016).

Para Giongo et. al, (2019), a economia do sudoeste goiano é fortemente dependente da agricultura, que se apresenta principalmente na forma de monocultura. Em Goiás, o agronegócio teve impulso na década de 1970, sendo o Sudoeste goiano, onde se localiza Rio Verde, foi beneficiado pelas políticas estatais, as quais aliadas ao agronegócio auxiliaram para o crescimento econômico da região, levando Rio Verde a se sobressair no cenário estadual e nacional (GUIMARÃES, 2010).

Para Da Silveira (2016), Rio Verde possui longa extensão territorial cujo relevo favorece a mecanização agrícola. De tal modo que, a eficiência em Rio Verde no agronegócio

pode ser mensurado pela participação no PIB estadual, produção agropecuária, empregos e renda, evolução da produtividade e outros (GUIMARÃES et al., 2011).

De acordo com Guimarães et.al. (2011), municípios onde o agronegócio se destaca, a agricultura familiar também se posiciona e colabora para o desenvolvimento sustentável. Mas para que isso seja constante e concreto, depende do apoio e efetivação de políticas públicas do próprio município.

2.1.2 Relação do Agronegócio e Agrotóxicos

Segundo Dutra e Souza (2017), nas últimas décadas, os agrotóxicos tornaram fonte de mecanismo de capital no campo, consolidando o agronegócio como projeto de desenvolvimento para o Brasil. De modo que a expressão agrotóxico, foi introduzido no Brasil através da Lei Federal nº 7.802, de 1989, e regulamentada pelo Decreto nº 4.074, de 2002 (LOPES e ALBUQUERQUE, 2018).

Para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária(ANVISA) (2019), os agrotóxicos não possuem previsão legal para renovação ou revalidação, embora tenham registro de validade indeterminada. Todavia, os mesmos, podem passar por reavaliação, de acordo com a evolução de pesquisas científicas. Ainda segundo informe da ANVISA, até 2020 quatro agrotóxicos serão revisados, cujos os critérios para definir a seleção destes, baseará em índices que são prejudiciais à saúde humana, que podem provocar câncer ou mutações genéticas.

O uso de agrotóxicos é indispensável para a larga produtividade e conter as perdas das culturas. Mas para evitar problemas toxicológicos tanto para o homem quanto para o meio ambiente, é preciso usar a consciência, e inicialmente utilizar métodos que esquivem da aplicação dos agrotóxicos (GUIMARAES et al., 2011).

2.1.3 Riscos Ambientais e à Saúde Humana Relacionado aos Agrotóxicos

De acordo com Martins (2013), os seres humanos estão sem querer expostos à poluentes por meio da contaminação ambiental ou atividade ocupacional que viabilizam o risco individual de várias doenças, inclusive câncer.

Para De Siqueira et al. (2014), o desconhecimento dos trabalhadores rurais quanto à forma de utilizar os produtos do setor agrícola implica em riscos á saúde destes assim como dos consumidores.

Segundo Sisinno e Filho (2013), as etapas de uma avaliação de risco são pela identificação e seleção dos contaminantes de interesse, avaliação da exposição, avaliação dose-resposta, quantificação do risco. Os agrotóxicos devem ser analisados cuidadosamente em face das suas propriedades físico-químicas e toxicológicas, pela forma como o usa, pois são feitos para serem lançados diretamente no meio ambiente e aplicados em alimentos (SISINNO e FILHO,2013).

De acordo com Carneiro et al. (2015), as medidas de precaução com o uso dos agrotóxicos devem ser realizadas, mesmo quando não é possível estabelecer provas científicas da relação entre causa e efeito.

Para Demichelli et al. (2017), o glifosato é um dos agrotóxicos mais utilizados no Brasil. Sendo este, solúvel em água podendo percolar e contaminar os recursos hídricos em face das aplicações em áreas rurais e urbanas, aliado ao processo de lixiviação no solo, pode transportar a substância química até as águas costeiras, rios, córregos e águas subterrâneas (REZENDE et al., 2017).

O glifosato é classificado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pouco tóxico, porém estudos apontam para a possibilidade desse contaminante de causar efeitos crônicos bastante prejudiciais à saúde, dentre eles o câncer, podendo prejudicar, principalmente, agricultores com baixa escolaridade e treinamento no manuseio desse contaminante (THIESEN, 2017).

Análises genotípicas em agricultores familiares com pouca escolaridade do município de Cerro Largo no Rio Grande do Sul de idade variando entre 51-60 anos concluiu que o pesticida pode ter sido responsável por alterações celulares nestes trabalhadores através de teste de aumento de células micronucleadas, da mucosa bucal em comparação ao grupo controle (KUPSKE, 2018).

2.2 Definição de Ecoturismo

Ecoturismo de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), é um ramo do turismo que utiliza os recursos naturais e culturais de um determinado lugar e contribui para conservá-los. Busca desenvolver o respeito pela natureza por meio do contato com o ambiente natural e promover o bem-estar das populações locais envolvidas (BRASIL, 2002).

Segundo Leme e Neves (2007), o ecoturismo é uma forte tendência indicado tanto pela demanda quanto pela oferta. Cujo conceito aparece associado às políticas públicas e

apresenta-se como alternativa oposta ao turismo de massa ou ao turismo convencional (RIBEIRO, 2013).

Segundo Degrandi (2011), desde a década de 1980, a palavra ecoturismo, passou a designar atividades turísticas ligadas à natureza e desenvolvidas em áreas de paisagens naturais, onde o visitante procura aprender sobre o local visitado e a comunidade receptora. Cujo, os fundamentos da modalidade de ecoturismo se encontram na contemplação da natureza, no turismo ao ar livre e no modo sustentável de desenvolvimento, sem degradação ambiental (RIBEIRO e NASCIMENTO, 2016).

Em 1994, as Diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo, foi lançada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (BRASIL,1994). O documento das diretrizes teve como eixo, o desenvolvimento regional e implantação da Política Nacional de Ecoturismo, que resultasse em melhores condições às comunidades, valorizasse o meio ambiente, mas que também fosse fonte de renda e de empregos para a nação assim como concedesse ao mundo a oportunidade de conhecer e desfrutar do patrimônio natural (BRASIL, 1994).

As principais atividades praticadas no Ecoturismo de acordo com o Ministério do Turismo (MTur), são a observação da fauna, flora, formação geológica, visitas a cavernas (espeleoturismo), observação astronômica, mergulho livre, caminhadas, trilhas interpretativa e safáris fotográficos (BRASIL, 2010)

De acordo com Machado (2011), o turismo, como uma atividade humana, é influenciado pelas atitudes e os comportamentos dos sujeitos envolvidos. Sendo, “a principal motivação para quem pratica o ecoturismo é a apreciação da natureza” (MOREIRA, 2014, p.23). Assim, o ecoturismo como uma forma de turismo sustentável depende da qualidade ambiental e social da localidade (SANTOS,2018).

De acordo com Silva et al. (2008), em 2002, Foi formalizado o documento denominado a Declaração de Quebec sobre ecoturismo, a qual propôs o envolvimento das esferas sociais, ambientais, econômicas, culturais, políticas e éticas. Visto que, o ecoturismo pode contribuir em mudanças significativas para a constituição de atitudes e valores pró – ambiente, pois através do contato humano com a natureza, o mesmo produz atitudes e motivações intrinsecamente ambientalistas. (NEIMAN, 2007).

Para Fernandes et al. (2011) atividades turísticas com base local são baseadas na valorização da comunidade e no respeito ao meio ambiente. Similar ao conceito de turismo comunitário, o qual também possui como ideal a participação da comunidade

Por sua vez A implementação do ecoturismo de base comunitária torna-se uma importante ferramenta capaz de influenciar nas dinâmicas das políticas públicas adotadas no meio rural, pois se difere de ser clientelista, assistencialista e coibi a manifestação dos produtores familiares (RODRIGUES, 2003)

De acordo com o MTur, em 2018 a natureza foi alvo dos principais destinos do Brasil, sendo que, a modalidade de ecoturismo estava dentre os interesses de destino no Brasil, favorecendo assim a questão de beneficiar diretamente o Brasil (BRASIL,2018).

2.2.1 Perfil do Ecoturista

O ecoturista é classificado como o turista que busca por momentos de lazer diverso do que é usual no seu cotidiano, e considera essencial, locais que ofereçam conforto e preço justo a ser pago pelo serviço em relação ao que lhe é ofertado (STEFANINI e CONSONI, 2012).

Para Mendonça (2008), os ecoturistas não se importam com a infraestrutura pouco sofisticada da localidade. Pois os ecoturistas buscam conhecer, apreciar e entender sobre os destinos visitados (CESAR et al., 2007).

Segundo MTur, pelos meios de comunicação os ecoturistas, primeiramente coletam as informações sobre o destino a ser visitado, todavia logo após a visita, obtendo satisfação sobre o local, amplia a divulgação e o retorno à localidade (BRASIL, 2010).

De acordo com Gouveia et al. (2014), em análise comportamental do consumidor de turismo ou ecoturismo, quando o destino da viagem é próximo ou distante, porém com curta de estadia no local, não há planejamento, implicando em decisões repentinas por parte dos ecoturistas. Caso o ambiente natural houver impactos relativamente negativos associados às atividades de ecoturismo pode ocasionar desinteresse por parte dos turistas (MACHADO e DE CONTO,2013)

2.2.2 Conservação da Natureza e Ecoturismo

Através da Lei Federal nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências ficou estabelecido através do Art. 3º, inciso I o conceito de meio ambiente, o

qual é o conjunto de condições, lei, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abrigar e reger a vida em todas as suas formas (BRASIL, 1981).

Segundo Pereira e Curi (2012), o meio ambiente inclui o ser humano e tudo o que o cerca. Tratar o meio ambiente com mais cuidado se faz necessário em face dos seres humanos serem totalmente dependentes dos recursos naturais, caso este entre em declínio assim também entrará em decadência o homem (DE ARAÚJO, 2016).

Para Emidio e Coimbra (2017), a paisagem beneficia o equilíbrio ecológico. Sendo, a prática do ecoturismo gera o reencontro do homem com a natureza, pois viabiliza a observação e interpretação dos elementos paisagísticos naturais, através da contemplação da paisagem e das informações e conceitos que são passados no momento da visitação (DEGRANDI,2011).

Para Porto et al. (2014), o turismo através da modalidade de ecoturismo auxilia na preservação das áreas naturais, em virtude das mesmas, serem objeto de consumo dos ecoturistas. Assim, o ecoturismo deve-se fundamentar no princípio da sustentabilidade aliado à educação ambiental, a qual norteia a respeito da conservação da natureza. (DA SILVA MARANHÃO e DE AZEVEDO, 2019)

Segundo Moreira (2014), as Unidades de Conservação são lugares ideais para a interpretação e educação ambiental, pois propiciam o aumento de conhecimento e o contato direto com o meio ambiente. De modo que, desde os séculos XVIII e XIX, as paisagens naturais e a natureza passaram a ter um valor especial, de maneira que hábitos de interação a ambientes relacionados a estes, foram registrados pela literatura e pintura da época (DE MOURA CARVALHO, 2009)

A definição de Unidades de Conservação está inscrito no art. 2º, inciso I, da lei Federal 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

Art. 2º. Para os fins previstos nesta lei entende-se por:

I – unidade de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Segundo a lei 9.985, através do artigo 7º, as Unidades de Conservação se dividem em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (BRASIL,2000). As Unidades de Conservação de Proteção Integral são de cinco tipos, tais como a Estação Ecológica, A

Reserva Biológica; o Parque Nacional; o Monumento Natural; e o Refúgio de Vida Silvestre. E as de Uso Sustentável são de sete tipos tais como a Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular Ambiental (BRASIL, 2000).

As Unidades de Conservação são elaboradas por ato do Poder Público (Poder Executivo e Poder Legislativo). Em Goiás a regulamentação foi instituída pela Lei Estadual nº 12.247/2002 e Decreto Estadual nº 5.806/2003, criando o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) (SOARES et. al., 2017)

De acordo com a lei complementar nº 79/2017, a qual altera a lei complementar nº 6.279/2013, que dispõe sobre a organização administrativa do município de Rio Verde, o Art. 26-A, através do inciso XXXI, aborda o seguinte:

XXXI – criar, monitorar e fiscalizar a preservação, conservação e manutenção dos parques, áreas verdes, unidades de conservação de uso sustentável e de proteção integral, reservas particulares dopatrimônio natural, reservas ecológicas, áreas de preservação permanente, e demais áreas de preservação ecológica (RIOVERDE,2017)

De acordo com Silva (2011), as unidades de conservação independente da categoria devem planejar as diretrizes para as práticas de educação ambiental e de ecoturismo assim como a efetividade da sua gestão em toda a sua totalidade. Pois a educação ambiental e ecoturismo estão vinculados entre si, de modo que influencia na eficácia da gestão dos sistemas de conservação da natureza. Para tanto, as Unidades de Conservação são locais ideais para a interpretação e educação ambiental, pois propiciam o aumento de conhecimento e o contato direto com o meio ambiente (MOREIRA, 2014).

2.2.3 Sustentabilidade e o Ecoturismo

De acordo com Donaire (2010), a expressão ecodesenvolvimento, fora enunciada em 1972, em Estocolmo capital da Suécia, através da Conferência do Meio Ambiente, pela primeira vez, de modo que, simbolizava transformar o desenvolvimento junto com a natureza através da justiça social, eficiência e prudência ecológica. A Conferência em Estocolmo demonstrou através dos debates que meio ambiente e desenvolvimento são dois lados da mesma moeda, e não são assuntos contraditórios.

GiffordPinchot foi o responsável pela criação da mobilização da conservação dos recursos naturais baseado na utilização do uso dos recursos naturais no presente; tais como,

prevenção do desperdício destes; e o uso dos recursos naturais para benefício dos cidadãos. Sendo estes, indicativos para o que se chama atualmente de “desenvolvimento sustentável” (DIEGUES, 2008).

De acordo com Cabral e Souza (2005), a finalidade da sustentabilidade é equilibrar o desenvolvimento com a proteção ambiental, para que permaneça os aspectos ambientais de forma a contribuir como instrumento da política ambiental nas esferas federal, estadual e municipal para a conquista do desenvolvimento sustentável. Ou seja, não esgotar a fonte de sobrevivência, está associado à forma de desenvolvimento sustentável (DE LUCENA GOMES et al., 2013).

Para Barbosa (2008) ao se conceituar sobre desenvolvimento sustentável também está se abordando sobre o que é sustentabilidade. Sendo essencial para o desenvolvimento sustentável o equilíbrio entre crescimento econômico e preservação dos recursos naturais (THOMAS,2012)

Em 1987, foi publicado o Relatório Brundland, cujo documento fora intitulado “Nosso Futuro Comum”, realizado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelecendo que, a proteção ao meio ambiente e a promoção do desenvolvimento econômico faz parte do “desenvolvimento sustentável” (NEIMAN, 2007).

De acordo com Gabriel (2011), em 1992 a conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO 92, ocorreu no Brasil, teve como objetivo harmonizar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção e conservação dos ecossistemas da Terra. A conferência resultou em cinco documentos, tais como A declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Declaração de Princípios para a gestão sustentável das florestas, Convênio sobre as Mudanças Climáticas e o Programa das Nações Unidas para o século XXI, conhecido como Agenda 21 (DIAS, 2017).

Segundo Dias (2017), a Agenda 21 estabeleceu as diretrizes nas vertentes, econômica, social e ambiental. A mesma representa um acordo político com relação ao desenvolvimento e à colaboração ambiental com atuação global, nacional e local. Dirigida pela Organização das Nações Unidas (ONU) (DIAS, 2017)

A conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, ocorrida em 2012 no Brasil produziu o documento “O futuro que queremos” (MAY, 2018). Através da conferência houve o fortalecimento do conceito de desenvolvimento sustentável como marco central, o qual contribuiu para a conscientização dos danos ambientais, de modo que os países desenvolvidos assumiram a responsabilidade destes, e por outro ladore

conheceram que os países em desenvolvimento precisavam receber apoio financeiro e tecnológico para investir rumo ao desenvolvimento sustentável (DO LAGO,2013).

Para que o desenvolvimento sustentável avance, se faz necessário a participação e diálogo entre as instituições de apoio ao ecoturismo e a comunidade, para que esta seja ativa e fomenta com ações os ideais propostos para atingir o desenvolvimento sustentável local (RODRIGUES, 2003)

Para Mendonça (2008), o turismo sustentável favorece o desenvolvimento local e fomenta a responsabilidade de proteção à natureza, pois o ecoturismo é uma das alternativas práticas da sustentabilidade, visto que agrega na transformação das comunidades à se tornarem sustentáveis (SILVA et al.,2008).

Segundo Dias (2017), a agenda 2030 equivale a uma declaração, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as 169 metas, uma seção econômica sobre os meios de implementação e de parcerias globais. Sendo os 17 objetivos, consistem em: erradicação da pobreza, erradicação da fome, saúde de qualidade, educação de qualidade, igualdade de gênero, água limpa e saneamento, energia renováveis, empregos digno e crescimento econômico, inovação e infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo responsável, combate às mudanças climáticas, vida debaixo da água, vida sobre a terra, paz e justiça, parceria pelas metas (DIAS, 2017)

2.2.4 Atrativos Naturais e Ecoturismo

Para Hawkins et al. (2001), o ambiente passou a fazer parte no planejamento e das viagens turísticas no mundo inteiro. Sendo, “os atrativos naturais são as maiores motivações de viagem dos turistas” (LOBO e MORETTI, 2008, p.53).

De acordo com Braga et al. (2015), como parte da natureza, a utilização da água está relacionado ao ecoturismo, sendo que:

A água faz parte da maioria das paisagens naturais, seja como forma de cachoeira, cascata, rios, gruta, mar e aquário natural. São essas as paisagens naturais os principais motivadores do ecoturismo, assim como dos demais segmentos turísticos desenvolvidos no meio do ambiente (DA PAIXÃO e DE ANDRADE FRANCO, 2018, p. 1301)

Em áreas naturais preservadas, o ecoturismo em geral é amparado por atividades culturais, as quais despertam a curiosidade com os aspectos históricos e ocupação do Território (BRUNA, 2015)

As principais atividades praticadas no Ecoturismo de acordo com o MTur, estão relacionadas a observação da fauna, flora, formação geológica, visitas a cavernas (espeleoturismo), observação astronômica, mergulho livre, caminhadas, trilhas interpretativa e safáris fotográficos (BRASIL, 2010).

2.2.5 Impactos Ambientais e Ecoturismo

De acordo com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA,1986), impacto ambiental.

Art. 1º- Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I – a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II – as atividades sociais e econômicas;

III – a biota;

IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V – a qualidade dos recursos ambientais.

O planejamento ambiental auxilia minimizar as consequências adversas que porventura possam surgir ao longo do crescimento/desenvolvimento (CABRAL e SOUZA, 2005). Então se faz necessário planejar as atividades ecoturísticas para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos (DEGRANDI, 2011).

Trilhas conduzidas favorecem a conscientização ambiental, o contato pessoal entre o condutor e o visitante, auxilia no questionamento de perguntas e também colabora para minimizar os possíveis impactos negativos sobre o local (MOREIRA, 2012).

De acordo com Berté (2009), atividades humanas, junto ao meio ambiente ocasionam vulnerabilidade ambiental, de forma que reflete nas populações e organismos da fauna e flora e por fim produz degradação ambiental.

Mas para Lunas (2006), o turismo em grande ou em pequena escala causa efeito na vida da comunidade local e no ambiente. Mas de acordo com César et. al.(2007), o uso de áreas naturais para atividades ecoturísticas, não afeta os ecossistemas, pois na maioria dos casos, ocorrem em áreas como trilhas ou destinos específicos. De maneira que, o ecoturismo

se bem planejado atua com baixo impacto ambiental proporcionando o conhecimento sobre o patrimônio natural e ao mesmo tempo beneficia as populações locais (MENDONÇA, 2008)

2.2.6 Educação Ambiental e Ecoturismo

O vocábulo Educação ambiental foi utilizada pela primeira vez na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Grã – Bretanha, em 1965(MANO et al., 2010)

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), estabelecida em 1981 pela lei 6938, determinou a inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, na finalidade destes serem ativos, na defesa do meio ambiente.

Conforme a Lei nº 5090/2005 do código ambiental municipal de Rio Verde-GO (2005),a Política Municipal de Meio Ambiente (PMMA) do município de Rio Verde, conforme os incisos XII e XIII do Art. 4º, estabelece o seguinte:

XII – A adoção de mecanismos de estímulo destinados a conduzir o cidadão à melhor prática ambiental

XIII – A educação ambiental na sociedade, visando ao conhecimento da realidade, à tomada das responsabilidades sociais e ao exercício da cidadania

Para Pelicioni (2014, p. 476)“ o educador não é aquele que educa, mas sim aquele que cria condições para as idéias e o conhecimento sejam incorporados pelo educando. ”De acordo com Mendonça (2017), apenas os seres humanos podem ter consciência de onde vivem e podem transformá-lo em determinada direção. Então, através da educação, buscam formas de orientar as ligações entre a sociedade humana e o ambiente, de modo integrado e sustentável. (MANO et al., 2010).

Segundo Neiman (2007), proporcionar o contato com a natureza pode facilitar a aquisição de sentimentos positivos a respeito do que deve ser preservado e entender, porque é preciso preservar. Pois, o entendimento do meio ambiente auxilia em novas práticas ambientais (FRANCISCO,2011).

A educação ambiental não tem a finalidade de reproduzir e dar sentido universal a valores de grupos dominantes, impondo condutas, mas sim de estabelecer processos práticos e reflexivos que levem à consolidação de valores que possam ser entendidos e aceitos como favoráveis à sustentabilidade global, à justiça social e à preservação da vida (LOUREIRO, 2003, pp. 15-16).

Através da Lei Federal de nº 9795/99 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), cujo Decreto nº 4281/2002 regulamentou o PNEA no art. 6º inciso II, a implementação de programas de educação ambiental. Sendo um destes programas, está a implantação do ecoturismo e melhoria da qualidade ambiental (BRASIL, 1999)

Para Machado (2011), o ecoturismo tem no ambiente natural sua força atrativa e através da educação ambiental ou interpretação ambiental, possibilita o conhecimento do local visitado. Sendo a Educação Ambiental, adequada para a consciência ambiental do indivíduo e eficaz em relação às políticas públicas que determina a implementação, execução e fiscalização dos recursos naturais (DOS SANTOS et al., 2016).

Segundo Dias e Dias (2017), pensar a educação em relação com o desenvolvimento sustentável é pensar o local através das suas potencialidades. Todavia, a educação ambiental atrelada à teoria ecoturística, pode apresentar falhas em despertar percepções e sentimentos em relação à natureza. Para ser mais efetiva deve estar dirigida à sociedade em geral, através de parcerias entre os organismos públicos e privados (SANTOS, 2018).

Segundo Figurelli e Porto (2008), o turismo pode ser um instrumento de educar ambientalmente e ao mesmo tempo fazer uso em benefício próprio. Pois, a educação ambiental e ecoturismo estão vinculados entre si, os quais influenciam na eficácia da gestão dos sistemas de conservação da natureza (SILVA, 2010)

A educação ambiental, como processo de educação política, tenta fazer com que a cidadania seja exercida e busca gerar uma ação transformadora, a fim de melhorar a qualidade de vida da coletividade (PELICIONI, 2014, p.476).

O espaço em si, não define o local como educação formal de educação, mas sim, porque esta, é executada de acordo com a padronização nacional para a educação e normatizada por lei. Por outro lado, a expressão “espaço não formal” tem sido utilizada para locais que são diferentes da escola, porém com probabilidade de realizar atividades educativas (JACOBUCCI, 2008)

Devemos, junto com a valorização dos espaços naturais, estimular a responsabilidade social, a educação ambiental crítica, comprometida socialmente, e a prática de ações que impeçam com que aquilo que hoje buscamos de forma direta ou recebemos indiretamente da Natureza seja negativamente modificado (ZAÚ, 2014, p.313).

Para Loureiro et al. (2003), educação ambiental é educação, todavia a prática deve ser planejada pois acaso seja descontextualizada, reproduzirá resultados incertos, em termos qualitativos.

2.2.7 Infraestrutura e Desafios para a Atividade de Ecoturismo

De acordo com o Ministério do Turismo para viabilizar o ecoturismo em uma região deve-se conhecer os recursos naturais e a potencialidade dos mesmos sob o aspecto atrativo turístico, juntamente com a participação da comunidade local, a fim de promover mecanismos para torná-los como “produtos” a serem comercializados (BRASIL, 2010).

Para Lobo e Moretti (2008), atrativos naturais são as maiores motivações de viagem dos turistas, de modo que, a água compõe a maioria das paisagens naturais. E por ter como força atrativa a natureza, o ecoturismo está relacionado à utilização de água doce, tanto nas fontes, quanto em lagos ou represas (BRUNA, 2015).

De acordo com Dos Santos Soares e Da Silva (2010), destinos que apresentam maior competitividade não são aqueles com maior abundância de recursos, mas sim, que apresentam planejamento e estratégias na utilização destes. Segundo o MTur, as parcerias entre os empresários da comunidade, poder público, iniciativa privada e a participação da comunidade são fundamentais para o desenvolvimento do ecoturismo (BRASIL, 2010).

Como potencial econômico o ecoturismo, pelas suas condições privilegiadas únicas do lugar se tornou um *magnet* de atratividade e o empreendimento passa a ter condições de competir com outros. Portanto precisa de uma infraestrutura peculiar, englobando comércio de artesanato e produtos locais, oferecendo visitas às propriedades que desenvolvem *agribusiness* para mostrarem as etapas de cultivo, industrialização e de preparo para comercialização (BRUNA, 2015).

Para Machado (2008), a experiência humana com a paisagem, faz com que esta seja valorizada, após o elo afetivo entre o indivíduo e o lugar. Para isso, as comunidades locais, estarem capacitadas para acolher os turistas é fator estratégico para a atividade econômica, de modo que essa responsabilidade deveria fazer parte do plano de desenvolvimento de caráter regional ou nacional (STEFANINI e CONSONI, 2012).

2.2.8 Viabilidade para a Economia Local através do Ecoturismo

O ecoturismo oportuniza circunstâncias para movimentar a economia e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento sustentável. Entretanto deve ser planejado e embasado por meio de políticas de desenvolvimento sustentável (MEDEIROS, 2006).

Segundo Dos Santos Soares e Da Silva (2010), a economia de recursos naturais difundida nas décadas de 60 e 70, teve sua ênfase na utilização dos recursos naturais. De maneira que, valorar as potencialidades naturais, juntamente aos aspectos culturais, tem sido fonte de desenvolvimento endógeno de territórios que dispõem de rico potencial paisagístico (DEGRANDI, 2011).

Para Arruda e Lobo (2016), o ecoturismo pode ser utilizado como uma forma de oportunidade, para o incentivo e o fomento para a conservação dos patrimônios naturais e culturais, integrando o ser humano com a natureza.

Segundo Machado (2011), a natureza é vendida como uma mercadoria aos ecoturistas à qual buscam - na, por proporcionar uma experiência diferenciada. Para Aguiar (2014), o funcionamento das atividades ecoturísticas relacionam com a oferta e a demanda turística. E estas associam à criação, de benefícios para as populações locais, bem como o seu envolvimento no processo de desenvolvimento local. (BUCHWEITZ e CUNHA, 2014)

Para Veiga e Zatz (2008, p.42), o “crescimento econômico sempre se deu em detrimento da conservação da natureza”. Para o MTur, se faz necessário pensar o ecoturismo, como alternativa econômica viável, integrando como forma de promover a conservação, valorizar os recursos ambientais e turísticos e inserir a comunidade local (BRASIL, 2010)

Segundo Mariani (2008), é importante que os membros da comunidade estejam cientes da importância da preservação da natureza, pois esta está vinculada à melhoria das condições de vida das comunidades locais através do ecoturismo. Sendo este, como alternativa econômica colabora na conservação, valoração dos recursos ambientais e turísticos e auxilia na promoção da inclusão das comunidades locais. (FISCHER et. al., 2014)

O desenvolvimento local para ser estável e sustentável, deve considerar a viabilidade econômica, mobilizando e explorando as potencialidades locais e prover oportunidades sociais e, ao mesmo tempo, assegurar a conservação dos recursos naturais locais (HANAI,2012)

De acordo com Ruschmann (2012), o marketing ambiental constitui importante arma para os responsáveis pela oferta turística das localidades receptoras. Deveras que, as organizações tem cada vez mais preocupado com os recursos naturais em face de atender o

equilíbrio entre crescimento econômico e produtos que minimizem a degradação do meio ambiente, pois os clientes tem cobrado a cada vez mais a atuação das empresas neste sentido (MENEZES et al., 2018)

Segundo Nodari (2007), a difusão da atividade turística é pertinente aos impulsos tecnológicos concernentes aos meios de transportes e comunicação. Para tanto, avaliar o efeito insumo-produto, auxilia averiguar as possíveis alterações e antecipar as mudanças que influencia o emprego e renda (EDUARDO et al, 2018)

Para Maranhão e Azevedo (2019), a proposta do Plano Nacional de Turismo PNT 2018-2022 coloca o ecoturismo primeiramente em sentido mercado lógico e logo após no sentido ambientalista de modo que estes se sobrepõem o sentido educacional e o participativo ocasionando na inexpressividade destes.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado no município de Rio Verde, através de pesquisa *in locu*, por meio de entrevista, observações em campo, material fotográfico de diversas fontes e pesquisa bibliográfica

A abordagem em campo foi exploração e investigação, visto que, não havia estudos sobre os dados pesquisados em campo, sendo então estes dados avaliados de forma mista, ou seja, tanto qualitativa quanto quantitativamente. De acordo com Trigueiro (2014), a abordagem qualitativa, se manifesta quando o pesquisador busca investigar os valores, hábitos, atitudes, descrições, comparações e quantitativa quando procura mensurar as opiniões e dados da pesquisa, quando ocorre ambas, é chamado dessa forma de mista.

A entrevista foi realizada através de questionário, direcionada à comunidade e à agentes públicos. A aplicação do questionário, foi de maneira sucinta, tendo o cuidado de não tomar muito o tempo do entrevistado, mas que alcançasse a finalidade da coleta das declarações sobre a realidade local. Foram efetuadas sete questões, dentre elas, seis objetivas e uma subjetiva, na finalidade de investigar, o que a localidade em estudo, possuía nos quesitos de atrativos naturais, culturais e infraestrutura.

Os agentes públicos escolhidos para serem entrevistados foram os que estiveram ou estão envolvidos durante a realização da pesquisa no turismo através da modalidade de ecoturismo. Tais como Terezinha Pires, ex-gestora de Turismo de Rio Verde e Laudelino Nogueira Guimarães, atual gestor de turismo no município de Rio Verde e vice-presidente da Associação Pegadas no Cerrado e subprefeitos dos Distritos secundário, Rodrigo Pavani de Paiva de Lagoa do Bauzinho; Nilson Joaquim da Silva de Riverlândia, e Sérgio de Almeida Silva de Ouroana. E por fim, fora entrevistado o membro do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e Diretor executivo do Silvestre Park Eco Resort de Rio Verde-GO.

As pessoas entrevistadas da comunidade foram 31 em Rio Verde, 19 em Lagoa do Bauzinho, 18 em Ouroana e 23 em Riverlândia. Além da comunidade foi realizado em específico, entrevista com o senhor Geraldo Acir de Freitas, conhecido como Geraldo do Ouro, o qual é nascido e criado em Ouroana, e residente até os dias atuais no distrito. A indicação do mesmo, fora da comunidade, do orientador da pesquisa e do gestor de turismo de Rio Verde, pois de acordo com estes, o mesmo poderia contribuir através do conhecimento empírico sobre o distrito de Ouroana.

A entrevista direcionada à Terezinha Pires, ex-gestora de turismo de Rio Verde no ano de 1998, fora pela indicação do orientador da pesquisa, pois segundo o mesmo, o ecoturismo fora despertado como seguimento econômico em Rio Verde durante a gestão da mesma.

As perguntas direcionadas aos subprefeitos dos Distritos secundários, foram as mesmas efetivadas à comunidade. Como resultado pôde averiguar que, o significado da palavra ecoturismo em Rio Verde assim como nos distritos de Lagoa do Bauzinho e Riverlândia, é pouco conhecida. O mesmo não ocorre no distrito de Ouroana, pois de acordo com a pesquisa, o conceito e a prática fazem parte do cotidiano da comunidade, em face de cursos que houvera em anos anteriores no distrito ligado ao tema de ecoturismo, assim como visitantes que ainda atualmente, procuram o distrito em busca do contato com a natureza.

As perguntas direcionadas ao Senhor Valmir Ferreira abordaram sobre planejamento do ecoturismo na região de Rio Verde, as parcerias da Associação Pegadas no Cerrado, se há algum programa e recursos financeiros para apoiar as atividades da Associação Pegadas no Cerrado, quais as formas que a Associação planeja a divulgação para que as pessoas conheçam a região e qual a participação do Silvestre Park Hotel Eco Resort em Rio Verde. Todas estas questões foram respondidas de acordo com a percepção e fala de Valmir Ferreira no item específico sobre a Associação Pegadas no Cerrado.

Ao atual gestor de turismo de Rio Verde e vice Presidente da Associação Pegadas do Cerrado foram aplicadas inicialmente as mesmas perguntas feitas à comunidade, entretanto, com as respostas das questões, foram abordadas outras, afim de complementar o estudo da atual situação. Por fim, este forneceu material relevante de forma precisa, como fotos, vídeos, panfletos, jornais e relatórios, como documentos informais das cachoeiras mais conhecidas na região de Rio Verde e distritos.

Na presente pesquisa também fora abordado sobre o agronegócio na Região de Rio Verde de maneira bibliográfica e logo após pontuado alguns dados nos resultados e discussões, pois este setor é de bastante influência, de forma que, interage diretamente no comportamento da natureza na região. Entretanto, por não ser o foco principal da pesquisa, o tema agronegócio fora abordado como elemento de interação em representatividade e implicações na natureza na região de Rio Verde e distritos.

Após a coleta das pesquisas, foram realizados gráficos na finalidade de quantificar percentualmente os resultados obtidos, entre Rio Verde e respectivos distritos. Quanto à pergunta subjetiva fora realizada a análise, cujos apontamentos estão nos resultados e discussões da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Agronegócio no município de Rio Verde

O agronegócio em Rio Verde é destaque tanto no estado de Goiás quanto no Brasil. De tal modo que, é realizado em Rio Verde desde 2002, feira voltada para o mercado do agronegócio, cuja realização é anual. Inicialmente denominada de Agrishow, mas com o crescimento da feira e a expansão de tecnologias voltadas para o mercado do agronegócio, passou a ser denominada de Tecnoshow, a qual é organizada pela Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda–COMIGO, sendo exposta no Centro Tecnológico COMIGO(CTC), atual Instituto de Ciência e Tecnologia Comigo (ITC), no Anel Viário Paulo Campos, s/nº, Zona Rural, Rio Verde-GO.

A feira em 2019 alcançou recorde nos negócios realizados entre os dias da exposição (Figura 1).



Figura 1-Jornal “O Popular” Tecnoshow em Rio Verde.

4.1.1 Cultura em Rio Verde

Em face dos apelidos dados pelos soldados, à cidade de Rio Verde, a abóbora tornou o símbolo desta, de tal modo que fora instalado no canteiro central no ano de 2019, do encontro da Avenida Barrinha com a Avenida Paulo Roberto Cunha (Figura 2), a réplica da abóbora moranga, afim de estar firmando através da mesma uma forma de caracterizar a história e cultura da cidade.



Figura 2- Abóbora moranga no canteiro central do encontro da Avenida Barrinha com a Avenida Paulo Roberto Cunha.

Nos anos de 2018 e 2019, para relembrar a história e o símbolo da cultura da cidade de Rio Verde, como preparativos para as festas juninas, foram colocadas diversas abóboras em locais estratégicos na cidade (Figura 3), com a finalidade de chamar a atenção da comunidade Rio-Verdense, assim como das pessoas que visitam a cidade para ter o conhecimento sobre o símbolo cultural da cidade.



Figura 3- Abóboras espalhadas em Rio Verde (A), Abóboras ao redor do cristo em Rio Verde (B e C).

Em paralelo às comemorações da festa junina fora organizado pela Secretaria de turismo e outros parceiros, evento gastronômico, para relembrar a história de Rio Verde (Figura 4).



Figura 4- Cartaz do evento gastronômico com o sabor da cultura de Rio Verde.

Alguns dos pratos (Figura 5), os quais foram preparados, especialmente para o evento gastronômico de Rio Verde GO, cujo um dos ingredientes fora a abóbora.



Figura 5- Escondidinho de abóbora (A), Empadão de abóbora com carne seca (B), Chips de abobrinha (C).

No ano de 2019, pelo segundo ano consecutivo houve o Circuito de Restaurantes Sabores de Rio Verde promovido pela Prefeitura municipal de Rio Verde, através da Diretoria de Turismo, tendo a participação de 27 restaurantes, os quais novamente promoveram diversos pratos com a abóbora como ingrediente principal.

4.1.2 Infraestrutura de Apoio em Rio Verde

Rio Verde tem vários restaurantes, bares, lanchonetes e variáveis opções gastronômicas. Possui diversas farmácias, hospitais, Bombeiros e Serviço de atendimento móvel de urgência –SAMU e dois Shopping Center.

Dentre os hotéis, há o hotel especialmente para crianças, o qual funciona 24 horas, junto ao Centro Educacional Meninos dos Olhos de Deus (Figura 6), oferecendo comodidade aos pais que queiram deixar as crianças pequenas para visitar o município.



Figura 6- Centro Educacional Infantil Meninos dos Olhos de Deus e Hotel Pernoite.

Outro destaque é o Silvestre Park Hotel Eco Resort, com área de 600.000 m², o qual é direcionado, tanto para o segmento de hotelaria e clube para lazer, assim como é, voltado para o aspecto do visitante estar em contato com a natureza. Possui como projeto, o chamado “Projeto Escola”, o qual visa a interação de professores e alunos com o meio ambiente, ofertando nesta modalidade a educação ambiental e circuito ecológico. Como parte da interação com o meio ambiente, envolve a experiência de colocar a venda nos olhos para que os alunos possam sentir através do tato as árvores nativas do cerrado, sendo esta parte do projeto, denominada de “Bird Box” (Figura 7).



Figura 7- Educação Ambiental: Projeto Escola no Silvestre Park Hotel Eco Resort.

4.1.3 Circuito Pegadas no Cerrado Goiano

Segundo informe do Gestor de Turismo Laudelino Nogueira Guimarães Júnior, Rio Verde está cadastrado no plano turístico do Circuito Turístico Pegadas no Cerrado Goiano. Outrora, atuava como Fórum, mas atualmente a Associação Pegadas no Cerrado está formalizada, e com isso tem maior influencia para a busca de recursos, até mesmo perante o Governo Federal.

Os municípios associados ao Circuito Pegadas no Cerrado Goiano, dispõe primeiramente da cultura local, assim como outros atrativos que incluem ecoturismo, turismo de aventura e tecnologia, e trilhas dispostas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NRB).

Dentre os municípios de Goiás participantes da Associação Pegadas no Cerrado estão, Bom Jardim de Goiás, Caiapônia, Chapadão do Céu, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Paraúna, Piranhas, Rio Verde, Santa Rita do Araguaia, São Luiz de Montes Belos, Serranópolis e Turverlândia.

O cartaz (Figura 8) demonstra as atividades do Circuito Pegadas no Cerrado. Através do Jornal “O ESPAÇO” (Figura 9), o gestor de Turismo de Rio Verde, aborda em entrevista sobre o fórum Circuito Pegadas no Cerrado ressaltando sobre os municípios participantes e a importância de Rio Verde, estar inserido no Fórum Turístico.



Figura 8- Cartaz sobre Cronograma do Circuito Turístico Pegadas no Cerrado.



Figura 9- Rio Verde tem Turismo.

De acordo com Valmir Ferreira, diretor executivo do Silvestre Park Hotel Eco Resort e membro do Conselho Municipal de Turismo de Rio Verde (COMTUR), ainda não há um planejamento específico para o ecoturismo em Rio Verde. A indústria do turismo como um todo não é considerada como sendo vocação da cidade, entretanto de acordo com o mesmo, o COMTUR de Rio Verde, está montando o planejamento estratégico para o turismo de Rio Verde, sendo que o primeiro passo do planejamento é a criação da lei municipal de Rio Verde, que está sendo elaborada em conjunto pelo COMTUR e secretaria de turismo, a qual está prevista para ser entregue ainda em 2019, para aprovação da Câmara Municipal e ao Prefeito, cujo documento definirá rumos do turismo em Rio Verde.

Em relação à questão sobre se há parcerias da Associação Pegadas no Cerrado, Valmir Ferreira diz que, apesar da Associação existir há alguns anos, efetivamente conhece poucas

parcerias firmadas, e no caso de Rio Verde, acredita que não tenha parcerias. De modo que, a associação está se estruturando para poder buscar recursos dos governos, estadual e federal para o fomento do turismo na região. Entretanto, há um planejamento para começar a participar de feiras e eventos turísticos de nível nacional, visando a divulgação do destino turístico da nossa região, especificamente sobre turismo ecológico em Rio Verde. Em relação ao Silvestre Park Eco-Resort, a natureza será sempre a maior atração deste, de modo que tem investido em projeto ligado a educação ambiental que está se tornando uma referência não só na região sudoeste, mas como em todo o estado, tendo demanda por excursões de Goiânia, por se tratar de um projeto feito por especialistas e colocado no mercado de forma direcionada para as escolas como uma atividade pedagógica complementar, tendo assim uma excelente aceitação.

4.2 Ecoturismo no município de Rio Verde

No município de Rio Verde, o ecoturismo não é uma modalidade que se destaca. Entretanto, pela observação da autora da pesquisa e da comunidade entrevistada, há a cada dia mais, a interação de pessoas procurando de alguma forma, entrar em contato com a natureza. Uma das formas observadas é através do cicloturismo (modalidade que realiza turismo através de bicicleta) (Figura 10).



Figura 10- Cicloturistas em Rio Verde. Fonte: Jonas Alves.

O significado da palavra ecoturismo em Rio Verde, assim como nos Distritos de Lagoa do Bauzinho e Riverlândia é pouco conhecida. O mesmo não ocorre no Distrito de Ouroana, pois de acordo com a pesquisa, o conceito e a prática fazem parte do cotidiano da

comunidade, em face de cursos que outrora houvera no Distrito sobre o tema devido às belas paisagens que há no entorno do Distrito. (Figura 11).

Os gráficos demonstram percentualmente o resultado dos dados da pesquisa de cada Distrito, a fim de que possam ser analisados e equiparados de um gráfico para com o outro em relação ao contexto do “saber” ou “não saber” o que significa a palavra ecoturismo.

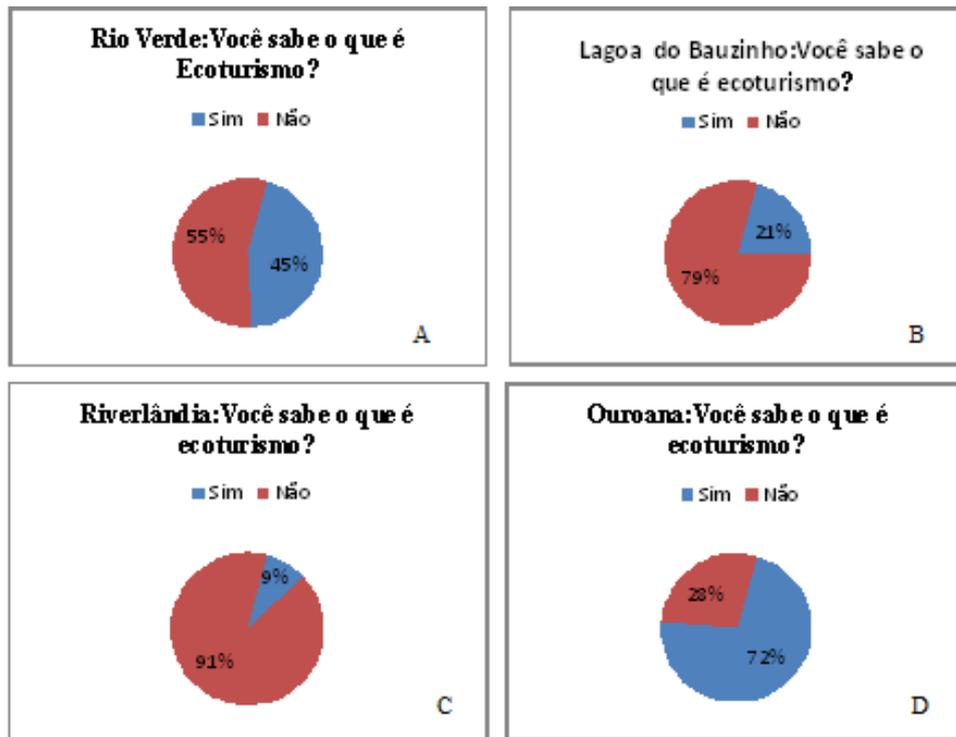


Figura 11- Resultado sobre o conceito da palavra ecoturismo em Rio Verde (A), Resultado sobre o conceito da palavra ecoturismo no Distrito de Lagoa do Bauzinho (B), Resultado sobre o conceito da palavra ecoturismo no Distrito de Riverlândia (C), Resultado sobre o conceito da palavra ecoturismo no Distrito de Ouroana (D). Fonte: dados da pesquisa.

Apesar de muitas pessoas, não conhecerem os atrativos naturais no entorno do município conforme observado nos gráficos, há o ponto positivo e em comum de que todos os distritos, há pessoas da comunidade que sabem ou que conhecem, a respeito principalmente, de cachoeiras que circundam os distritos, sendo observado que é a principal atração natural do município. Assim, através da informação destas pessoas que conhecem os atrativos, há a possibilidade de expandir o conhecimento para a comunidade que não conhece os locais e os visitantes, desenvolvendo a interação com os atrativos naturais durante o percurso ou até mesmo estando nos espaços, desenvolver o convívio com as paisagens naturais, interpretação da natureza, e contemplação da fauna e da flora.

De acordo com Terezinha Pires, ex-gestora da Secretaria de turismo de Rio Verde, no ano de 1998, a qual foi gestora, não havia levantamento de quantas cachoeiras haviam no município de Rio Verde e nem tampouco havia a prática do ensino ligado diretamente à educação ambiental ou abordagem sobre tema vinculado à modalidade de ecoturismo. Então fora ministrado curso sobre ecoturismo, com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Secretaria de Turismo de Goiânia e professores do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), atual Instituto Federal Goiano, localizado em Rio Verde-GO.

Através de aula prática houve, a visita às cachoeiras da região por parte dos participantes do curso, os quais promoveram a coleta de lixo no local e no entorno das cachoeiras, sendo que estes, segundo Terezinha Pires, eram abundantes em itens descartáveis, incluindo vasilhames de herbicidas, o que demonstrava, a falta de consciência ambiental. Então, a partir do primeiro instante e impacto sobre a realidade, houve após, vários cursos em relação ao turismo na natureza no Centro de Atendimento ao Turismo (CAT) no Distrito de Ouroana. Na época, donos de terras que possuíam em suas propriedades, cachoeiras e belas paisagens, se interessaram em auxiliar à promover a modalidade de ecoturismo no Distrito de Ouroana. Contudo, pouco tempo depois, venderam as propriedades à fazendeiros de maior porte, os quais interessavam somente pela produção de lavoura e gado e não mais, auxiliar a fomentação do ecoturismo no município.

Ainda de acordo com Terezinha Pires, a qual possuía e ainda tem nos dias atuais, propriedade rural no distrito de Ouroana, tentou trabalhar com apoio à modalidade de ecoturismo na região de Ouroana, através de pousada em sua propriedade. Sendo que, inicialmente recebeu excursões de outras cidades. Entretanto aos poucos foram, tornando esporádicas as visitas, o que tornou inviável economicamente para a manutenção do local, assim ocasionando o fechamento do espaço para a recepção de hóspedes. Todavia de acordo, com a percepção de Terezinha Pires, a mesma averigou que, acaso o empreendimento fosse próximo da cidade de Rio Verde, o qual dista cerca de 80km, talvez poderia ter sido diferente o desfecho. E por outro lado, segundo Terezinha Pires, na época faltava infraestrutura em Ouroana de restaurantes, hotéis ou pousadas, e meios de divulgação para fomentar o turismo para a modalidade de ecoturismo na região.

De acordo com atual gestor de turismo de Rio Verde - GO, Sr. Laudelino Nogueira Guimarães Júnior, Rio Verde e seus distritos, há diversas cachoeiras. Entretanto a Diretoria de Turismo, não tem dados catalogados de quantas cachoeiras a região possui, todavia as

cachoeiras da região de mais conhecimento e relevância são Cachoeira da Laje, Cachoeira São Tomás, Cachoeira Água Limpa, Cachoeira Rio Preto/Cabeleira, Cachoeira do Vale do Cedro/ Fama e Pitanga.

Ainda segundo informe do atual gestor de Turismo na cidade de Rio Verde há atividades que podem dar apoio à modalidade de ecoturismo. Dentre estas, há 130 artesões(ãs) cadastrados na Diretoria de Turismo. Os artesões, demonstram os trabalhos através de edições oficiais em evento denominado “Sexta feira na Feira”, com datas planejadas e expostos à sociedade através de calendário divulgados pela Diretoria de Turismo de Rio Verde nos meios de comunicação, de modo que as exposições ocorrem nas principais praças da cidade, e por outro lado as edições especiais, ocorrem através de convites de instituições tais como Instituto Federal Goiano, shoppings e outros. As edições de artesanato, tiveram início em março de 2017 e até em novembro do ano de 2018, foram realizadas 30 edições, as quais segundo o gestor de turismo, superaram a expectativa, pois em geral são apenas 12 edições por ano. e em paralelo às feiras, há shows artísticos e parte gastronômica com comidas típicas, tendo a abóbora como ingrediente, que é símbolo da cultura do município de Rio Verde, sendo incrementada nas comidas de acordo com a criatividade de cada chefe de cozinha. Em 2019, pelo segundo ano consecutivo houve o evento Circuito de Restaurantes Sabores de Rio Verde, promovido pela Prefeitura Municipal de Rio Verde, através da Diretoria de Turismo, o qual contou com a participação de 27 restaurantes, promovendo pratos típicos.

Os artesões (Figura 12) expõem os seus trabalhos em praça através do projeto “Sexta – Feira na Feira”. De tal modo, (Figura 13) demonstra o cartaz de convite à comunidade, para a feira de artesanato a ser realizado no Shopping Buriti, sendo esta, através de edição especial.



Figura 12- Artesões na praça: Projeto “Sexta Feira na Feira”. Fonte: Diretoria de Turismo de Rio Verde.



Figura 13- Cartaz de Edição Especial do Projeto “Sexta – Feira na Feira”. Fonte: Diretoria de Turismo de Rio Verde.

Em edição especial (Figura 14), no Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde e no Shopping Buriti de Rio Verde (Figura 15), demonstra os artesões expondo os produtos artesanais para a comunidade.



Figura 14- Edição especial do Projeto “Sexta-feira na Feira” no Instituto Federal Goiano. Fonte: Diretoria de Turismo de Rio Verde.



Figura 15- Edição especial do Projeto “Sexta feira na Feira” em Shopping de Rio Verde.
Fonte: Diretoria de Turismo de Rio Verde.

Além das Feiras de artesanato, ocorrem em Rio Verde, as Feiras Livres todos os dias, na venda de produtos alimentícios e outros, cujo os horários, locais e dias da semana para cada setor, são estabelecidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as Secretarias Municipais de Ação Urbana, Meio Ambiente e Agência Municipal de Trânsito – AMT.

Além das feiras livres, Rio Verde possui as feiras de artesanato, a qual faz parte do Projeto “Sexta – feira na feira”, que ocorre geralmente uma vez por mês entre os meses de março a dezembro, sendo que ocasionalmente, junto com as feiras de artesanato, ocorre a parte gastronômica, entretenimento, shows e lazer gratuito para as crianças.

De acordo com o atual gestor de turismo, é de conhecimento, que há pessoas na região que trabalham com a produção de mel, porém não especificou nomes, pois os mesmos não estão cadastrados junto à Diretoria de Turismo. Ainda de acordo com o gestor de Turismo de Rio Verde, o município atualmente não possui CAT, o qual há somente no distrito de Ouroana. Todavia, de acordo com o gestor de turismo, a construção do mesmo está sendo realizada no trecho da Avenida Presidente Vargas que faz ligação à BR 060. Atualmente (Figura 16), representa o portal da entrada da cidade de Rio Verde, que futuramente, de acordo como planejamento da Prefeitura Municipal de Rio Verde, será o CAT, em Rio Verde.



Figura 16- Portal da cidade de Rio Verde – Futuras instalações do CAT de Rio Verde. Fonte: Arquivo da autora.

Segundo informe do gestor de turismo de Rio Verde, há guias turísticos com especialização em turismo em Rio Verde, entretanto não há guias, que são cadastrados na Diretoria de turismo. As escolas de Rio Verde e respectivos distritos, possuem atividades relacionadas à educação ambiental, realizado pela Secretaria de Turismo, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Educação, as quais atuam na promoção de eventos e ações voltadas para a conscientização ambiental.

Dentre as ações de consciência ambiental, fora instituído “o dia das araras”, para o dia 14 de setembro, conforme, em face da grande quantidade de araras que há na cidade, que podem ser contempladas, em todos os instantes, pela sociedade Rio-Verdense e visitantes à cidade, (Figura 17).



Figura 17- Folder da data comemorativa do “Dia das Araras” em Rio Verde–GO (A), Arara em buriti em Rio Verde – GO (B). Fonte: Diretoria de Turismo de Rio Verde.

De acordo com o gestor de turismo, para a promoção da consciência ambiental, há palestras em escolas e plantio de árvores em parceria entre as Secretaria do Meio Ambiente, Diretoria de Turismo e Fundação municipal de cultura e secretaria da Educação tem sido realizadas em Rio Verde.

De acordo com o gestor de turismo, não há até o presente momento, atividades relacionadas direcionadas à modalidade de ecoturismo, assim como empresas ou pessoas capacitadas, que estão cadastradas para atuar neste segmento. Por outro lado, de acordo com a pesquisa das 31 pessoas em Rio Verde, aproximadamente 55 % das pessoas sabiam sobre alguma cachoeira no entorno de Rio Verde, cerca de 58 % sabiam sobre trilhas e em torno de 16 % sabiam sobre atividades de turismo de aventura, incluindo o rapel, e aproximadamente 29 % das pessoas entrevistadas, não sabiam sobre nenhuma atração natural no entorno da cidade que pudesse indicar quaisquer atrativo natural ou alguma atividade que levasse a comunidade a estar em contato com a natureza. Entretanto foi analisado que dentre as pessoas que abordaram sobre trilhas, em torno de 33%, mencionaram a respeito da trilha que segue em direção à igreja da serra, a qual faz parte do turismo religioso da cidade, e cultura da cidade em face das festividades no local todos anos no mês de julho, em louvor ao Divino Pai Eterno.

A igreja da serra da cascalheira, é situada em propriedade particular da fazenda Caeiras, com aproximadamente 3 km da cidade. A (Figura 18), mostra a escadaria da igreja da Serra da Cascalheira.



Figura 18- Escadaria da base da igreja da serra da Cascalheira. Fonte: Memorial da cidade de Rio Verde.

Por outro lado, há outra Igrejinha da Serra, no município de Rio Verde, localizada na Serra da Capa Branca, em propriedade particular, distante cerca de 40 km da cidade, cujo local fora inspiração para roteiro do filme “Igrejinha da Serra”, produzido pelo roteirista e protagonista do filme José Alberto Pereira, porém conhecido como Alberto Rocco.

O filme da igrejinha da Serra da Capa Branca (Figura 19), conta a história de um casal de enamorados, baseada em fatos reais, entretanto com contexto modificado em partes para o filme.

De acordo com PIRES (2004, p.95).

A igrejinha da Serra, na Serra da Capa Branca, guarda a história de um casal apaixonado, que tem o seu amor impedido teria cometido suicídio. A história de Evaristo e Rosinha foi tema de várias gravações musicais e também do filme produzido por Alberto Rocco.



Figura 19- Cartaz do filme da “Igrejinha da Serra”. Fonte: José Alberto Pereira – (Alberto Rocco).

A igrejinha da Serra da Capa Branca, não fora mencionada por nenhum entrevistado durante a pesquisa. Todavia vale ressaltar a existência da mesma, em face desta fazer parte do cenário do filme Igrejinha da Serra, mas cuja localização é distinta e não deve ser confundida com a Igrejinha da Serra da Cascalheira, a qual faz parte do roteiro turístico religioso da cidade de Rio Verde.

4.3 Cachoeiras em Rio Verde

4.3.1 Cachoeira da Laje

A cachoeira da Laje (Figura 20), possui aproximadamente 4 metros de altura, com a profundidade chegando a 5 metros. Localizada em Rio Verde, dista cerca de 20 km do trevo desta, cujo acesso é através da BR 060.

O local onde se situa a Cachoeira da Laje é de propriedade particular, com acesso livre a partir do pagamento de taxa de entrada, sendo a mesma utilizada para o auxílio da manutenção do lugar.



Figura 20- Cachoeira da Laje/Britador. Fonte: arquivo da autora.

No entorno da cachoeira da laje, há duchas, lanchonete, área de camping, banheiro feminino e masculino, preocupação com os resíduos sólidos, e com a segurança das pessoas que se aproximam da cachoeira, com a descida facultada por uma corda para chegar à base da cachoeira. Entretanto, o ponto negativo observado de acordo com a percepção da autora da pesquisa, foi o som, não vindo da natureza, através da queda da cachoeira e do canto dos pássaros, mas sim, de alguns aparelhos de som, os quais eram dos próprios visitantes. Todavia, segundo o gerente do local, o mesmo é permitido em virtude de deixarem as pessoas à vontade durante à visita. Durante a entrevista com a comunidade Rio Verdense a cachoeira da Laje 29 % das pessoas entrevistadas mencionaram a mesma.

4.3.2 Cachoeira São Tomás

A cachoeira São Tomás, é localizada em Rio Verde, situada em propriedade particular, cujo ponto de acesso é através da Rodovia BR-452, Km 21. A estrada que segue para a cachoeira contém placa indicativa. Na portaria, há placa indicando a cobrança da taxa de entrada e som permitido somente o da natureza. É oferecido às pessoas que visitam, local de banho, tirolesa, área específica para o lazer das crianças, quiosque com fogão a lenha e coletores de resíduos sólidos. A cachoeira São Tomás, também conhecida, como Cachoeiras da Pousada São Tomás, é composta de quatro quedas, separadas entre si (Figura 21).



Figura 21- Placa indicativa para cachoeira São Tomás e Cachoeira São Tomás. Fonte: arquivo da autora.

Ainda no Rio São Tomás, há outra cachoeira em local divergente das cachoeiras mencionadas anteriormente. Entretanto, também é conhecida como Cachoeira São Tomás, a qual é dividida em duas quedas, uma após a outra, sendo a primeira com aproximadamente cerca de 4 metros e a segunda com cerca de 2 metros de altura. Tendo mais ou menos 20 metros de largura. No local não há placa indicativa quanto ao nome, e nem indicação da cachoeira. Assim, por também pertencer ao Rio São Tomás, os moradores denominaram-na de Cachoeira São Tomás (Figura 22). Sendo então a localização da mesma realizada pelo processo indicativo de pessoa para pessoa na comunidade Rio-Verdense. A mesma situa próximo da Venda São Tomás ao lado da Ferrovia Sul- Goiana. Atualmente está cercada, porém não há cobrança de taxa, sendo necessário caminhar cerca de 300 metros. De acordo com moradores circunvizinhos, o local é ponto de encontro da comunidade Rio – Verdense (Figura 23).



Figura 22- Cachoeira São Tomás. Fonte: arquivo da autora.



Figura 23- Comunidade Rio-Verdense em frente a Cachoeira São Tomás. Fonte: Daniel Gavazzoni.

Durante a pesquisa com a comunidade Rio-Verdense entrevistada, a cachoeira São Tomás fora informada somente sete vezes, o qual equivale à aproximadamente 23% do total dos entrevistados. Entretanto, a separação destas, não foi mencionada pelos participantes no momento da entrevista, deveras ambas possuírem o mesmo nome. As comunidades de Riverlândia, Lagoa do Bauzinho e Ouroana não mencionaram as cachoeiras São Tomás em nenhum dos locais que a mesma é situada.

4.3.3 Cachoeira Cabeleira/ Rio Preto

A Cachoeira do Rio Preto, também conhecida como cachoeira Cabeleira (Figuras 24 e 25), tem aproximadamente 80 metros de altura. Situa em propriedade particular, é cobrada

taxa para acessar a Cachoeira, a qual é facilitada a descida para ir ao encontro da Cachoeira por escadaria de ferro e cordas. No local, há a oferta da Pousada Paraíso do Rio Preto. Dista aproximadamente 56 km de Rio Verde.



Figura 24- Cachoeira Cabeleira/Rio Preto. Fonte: Goiás Agência Estadual de Turismo. Fonte: Goiás Agência Estadual de Turismo.



Figura 25- Cachoeira Cabeleira/Rio Preto. Fonte: Lucas Vitor

As pessoas entrevistadas na comunidade em Rio Verde e nem tampouco de Ouroana, mencionaram conhecer/saber sobre a cachoeira Cabeleira/Rio Preto. Somente 5,3% das pessoas da comunidade de Lagoa do Bauzinho mencionaram conhecer ou saber sobre a Cachoeira Cabeleira. Aproximadamente, 13% das pessoas entrevistadas de Riverlândia, mencionaram sobre a mesma.

Por observação da autora da pesquisa, durante as visitas que fez na mesma, o local é tranquilo, pois possui boa recepção, Pousada e facilidade para chegar à cachoeira em segurança.

Das 31 pessoas entrevistadas em Rio Verde, apenas 6,5% das pessoas mencionaram saber/conhecer sobre a cachoeira Rio Preto/Cabeleira. Nos distritos de Lagoa do Bauzinho, Riverlândia e Ouroana nenhuma pessoa mencionou saber/conhecer a cachoeira Rio Preto.

4.4 Distrito de Lagoa do Bauzinho

4.4.1 Cachoeira da Fama

O atrativo natural do entorno do Distrito Lagoa do Bauzinho é a cachoeira da Fama ou também chamada de cachoeira do Vale do Cedro, estabelecida no assentamento Vale do Cedro. No local, há com área de camping e entrada livre, todavia há restrição de entrada de bebidas pois, no local oferta a revenda de bebidas através de quiosque situado ao lado da cachoeira. A cachoeira da Fama fora mencionada por 15 % da comunidade de Lagoa do Bauzinho, e também pelo subprefeito, o qual informou que, a cachoeira da Fama está dentro dos limites do distrito de Lagoa do Bauzinho, sendo este detalhe segundo o mesmo, as vezes confundido pelas pessoas, por acharem que a Cachoeira da Fama pertence aos limites dos distritos de Riverlândia ou Ouroana em face da Cachoeira da Fama (Figuras 26 e 27), estar mais próxima de ambos os respectivos distritos.



Figura 26- Cachoeira da Fama. Fonte: Juarez Rodrigues Martins.



Figura 27- Cachoeira da Fama. Fonte: autora da pesquisa.

No distrito de Lagoa do Bauzinho, 5,3% das pessoas entrevistadas, mencionaram sobre as vias das zonas rurais, as quais são muito utilizadas pelos ciclo turistas. Sendo este fato confirmado pelo sub-prefeito Rodrigo Pavani de Paiva.

No distrito de Lagoa do Bauzinho, de acordo com 100% dos entrevistados da comunidade, há pessoas que fazem artesanato, o qual é produzido pelas pessoas que fazem parte do projeto para o artesanato, ministrado na subprefeitura do distrito e por mulheres na Igreja Assembléia de Deus.

De acordo com o parecer da comunidade, no distrito não há pessoas que trabalham com a produção de mel, mas sim, somente que vendem o produto. E também não há pessoas que atuam como guia no distrito e nem no entorno da região, mas sim somente pessoas que atuam como informantes, sendo estes, da própria comunidade.

Em relação à opinião das pessoas da comunidade de lagoa do Bauzinho, a respeito do que consideram interessante no distrito para contribuir para o desenvolvimento da mesmo, é a realização do projeto do lago, sendo esta resposta unânime para todos as pessoas interrogadas. Pois, segundo estas, caso o projeto do lago do distrito fosse desenvolvido (Figura 28), poderia haver o plantio de árvores ao redor do mesmo, proporcionando local para o lazer, pois de acordo com a comunidade, seria um local interessante tanto para a comunidade quanto para os turistas, que costumam visitar todos os anos, a tradicional festa da melância, a qual já faz parte da cultura do distrito.



Figura 28- Lago no Distrito de Lagoa do Bauzinho (A), Lago do Distrito de Lagoa do Bauzinho sob o ângulo da rodovia BR-452 (B). Fonte: autora da pesquisa

De acordo com o sub-prefeito do distrito o projeto do lago está pronto, porém até a presente data da entrevista, a qual foi em setembro do ano de 2018, não havia estimativa de data para o início das obras.

4.5 Distrito de Riverlândia

Em entrevista concedida pela comunidade, apenas 4,4% das pessoas entrevistadas do distrito de Riverlândia, mencionaram que, as vias das zonas rurais são muito utilizadas por motoqueiros para fazerem trilhas, como parte de lazer. Como atrativo natural no entorno do Distrito, 83% citaram a cachoeira da Fama, 9% citaram a Cachoeira Cabeleira, e outras 13 % citaram o rio Cabeleira.

No Distrito de Riverlândia, de acordo com a comunidade não há torre de sinal para celular, posto de gasolina, bancos, lotéricas, pousadas, oficina de veículos, farmácia, restaurante, e a padaria geralmente confecciona poucos itens, de modo que ocasionalmente a mesma não funciona durante todo o expediente comercial. Há somente um posto de saúde, com médico somente duas vezes por semana. Entretanto segundo os moradores a sub-prefeitura presta a assistência, para direcionar ao hospital em Rio Verde todos os casos que são necessários em que não há plantonista no Distrito.

Por fim a autora da pesquisa questionou à comunidade, o que havia no distrito e que poderia contribuir para o desenvolvimento do mesmo. Em resposta, os moradores da comunidade responderam que no entorno do distrito possui os atrativos naturais supracitados anteriormente e o distrito é um local bem tranquilo para morar. De acordo com a percepção da autora, o mesmo se aplica para visitar, pois foi observado que os moradores conversam

tranquilamente, não tem pressa, e são bastante receptivos. A comunidade almeja melhorias, de modo que haja no distrito, principalmente posto de gasolina, de modo que este, possa fomentar o desenvolvimento e tenha indústrias que possa demandar emprego para a população, dentre as citadas, fora a indústria de calçados, a qual parece ser de bastante interesse de algumas pessoas entrevistadas.

De acordo com o sub-prefeito Nilson Joaquim da Silva, o distrito tem como referência a cachoeira da Fama, apesar que, a mesma está dentro dos limites do distrito da Lagoa do Bauzinho, porém está bem próxima de Riverlândia. O distrito possui o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, o qual presta serviço à comunidade através de curso de artesanato e em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural -SENAR oferta outros cursos, tais como panificação. Segundo o sub-prefeito no distrito não há, entretanto precisaria de pelo menos inicialmente, Posto de Gasolina, Indústria de roupa, calçados e Farmácia para que auxiliasse para o desenvolvimento do distrito. De acordo com o mesmo, a subprefeitura atua na à disposição de auxílio perante a comunidade de buscar e levar as propostas para serem apresentadas ao prefeito do município de Rio Verde. A praça do distrito (Figura 29), é o principal ponto de encontro da comunidade de Riverlândia.



Figura 29- Autora da pesquisa em frente a praça do Distrito de Riverlândia. Fonte: autora da pesquisa

4.6 Ouroana

Ouroana é rodeada por vales (Figura 30), utilizados para Salto de Parapentes (Figura 31) e cachoeiras, utilizadas para o banho, contemplação e interpretação da paisagem.



Figura 30- Comunidade Rio-Verdense em frente ao vale - Ouroana. Fonte: Ranusa Pires de Oliveira



Figura 31- Salto de Parapente em Ouroana. Fonte: CAT - Ouroana.

De acordo com o sub-prefeito de Ouroana, Sérgio de Almeida Silva, Ouroana possui como atrativos cachoeiras, e atividades adjuntas tais como rapel e trilhas. No distrito há pessoas produtoras de artesanato, porém não fazem comércio desta arte, por outro lado há pessoas que trabalham com a produção de mel. Há no distrito, Centro de Atendimento ao

Turismo, entretanto desconhece pessoas que trabalham como guia, mas sim, somente pessoas que informam sobre as belezas naturais do distrito.

Ainda de acordo com o subprefeito de Ouroana, o mesmo acha interessante em Ouroana é o fato desta ser calma e tranqüila, onde as pessoas são como uma grande família, pois todos se conhecem. A contribuição maior para com o Distrito de Ouroana, seria o investimento no seu potencial turístico, pois possui muitos lugares para lazer, aventura e descanso, e também possui atividades voltadas para o turismo como: culinária e artesanatos.

Através da entrevista concedida pela comunidade de Ouroana, 20% das pessoas entrevistadas mencionaram as vias das zonas rurais utilizadas por motoqueiros, cicloturistas ou cavalgadas.

No distrito há diversas cachoeiras segundo a comunidade, sendo que 70 % das pessoas demonstraram que conheciam ou sabiam sobre as cachoeiras. Todavia, segundo o Senhor Geraldo do Ouro, todas se encontram em propriedades particulares. Dentre as mais representativas em quedas d'água segundo o Sr. Geraldo do Ouro são a Cachoeira Água Limpa, Água Limpinha, Inferninho, Pitanga e São Francisco.

4.6.1 Cachoeira Água limpa

A cachoeira Água Limpa (Figura 32), dista de Ouroana aproximadamente 13 km do distrito de Ouroana. possui cerca de 45 metros de altura.



Figura 32- Cachoeira Água Limpa - Ouroana/Rio Verde. Fonte: Lucas Vitor

A cachoeira Água limpa não fora mencionada nenhuma vez tanto pela comunidade entrevistada de Rio Verde quanto de Lagoa do Bauzinho e Riverlândia. Pela comunidade de Ouroana fora mencionada apenas por 6%. Para o Senhor Geraldo do Ouro, o acesso é fácil para se olhar na parte de cima (Figura 33), porém para se chegar à base é considerado nível difícil.



Figura 33- Vista da Cachoeira Água Limpa. Fonte: Ranusa Pires Oliveira.

Na base da cachoeira Água Limpa, segundo senhor Geraldo do Ouro, os turistas durante a visita à cachoeira, tendem a visualizar e interpretar como se houvesse no local uma pessoa, observando os ecoturistas (Figura 34), sendo este fator dependente de cada visitante, ou seja, a maneira do olhar é individual pois, reflete na maneira de interpretar a paisagem



Figura 34- Imagem da base da cachoeira Água Limpa. Fonte: Geraldo Acir de Freitas

4.6.2 Cachoeira Pitanga

Em relação às pessoas pesquisadas da comunidade, não houve quem informasse sobre a existência da Cachoeira Pitanga pois, o acesso à mesma é restrito. As informações foram fornecidas a partir da Diretoria de Turismo e do Sr. Geraldo do Ouro em face da mesma ser bastante representativa em relação à queda d' água.

Por não ter acesso liberado à comunidade, a visão da beleza da Cachoeira fica limitada somente aos donos das terras e pessoas que possuem autorização para a visualização da mesma. Embora, segundo as informações coletadas, já houve épocas em que a cachoeira tinha acesso menos restritivo, entretanto, pela falta de consciência ambiental e responsabilidade por parte das pessoas que usufruíam o local, o acesso à cachoeira fora restringido.

De acordo com os dados fornecidos, a Cachoeira Pitanga (Figura 35), está situada em propriedade particular no distrito de Ouroana e possui cerca de 30 metros de altura.



Figura 35- Cachoeira Pitanga. Fonte: Lucas Vitor.

As cachoeiras Água Limpinha, Inferninho e São Francisco, até o momento do fechamento da pesquisa, não foram encontradas imagens das mesmas, devido ao fato segundo a comunidade e Sr. Geraldo do Ouro, por serem propriedades privadas e visitas aos locais não serem constantes.

Segundo Sr. Geraldo do Ouro, a cachoeira que tem mais acesso livre para a comunidade é a cachoeira Água Limpa, as outras possuem acesso, somente com a autorização dos donos da terra. A restrição às cachoeiras se deu em face, pela falta de consciência dos visitantes ao acumularem resíduos nas cachoeiras e por outro lado, os fazendeiros também não queriam em suas fazendas pessoas desconhecidas, de modo a minimizar os impactos ocasionados em relação à segurança da propriedade e ao meio ambiente.

De acordo com o Senhor Divino André Araújo Silva, auxiliar administrativo do CAT de Ouroana, o CAT está à disposição da comunidade do distrito e aos visitantes para demais informações.

4.6.3 Acervo Arqueológico de Ouroana

No CAT em Ouroana se encontra o acervo arqueológico dispostos em uma vitrine, os quais foram encontrados no entorno do distrito. As informações prestadas em relação ao acervo arqueológico, são de acordo com dados até o momento coletados, os quais não são muitos, entretanto estão conduzidos e catalogados de acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Figura 36).



Figura 36- Vitrine de Artefatos arqueológicos (A), Machado Polido (B), Mão de Pilão (C), Bigorna (D). Fonte: CAT - Ouroana

4.6.4 Cicloturismo em Ouroana

Em maio de 2019, Raudher Francisco Alves e Igor Alves Silva organizaram o 1º Pedal Ecológico do Distrito de Ouroana. Com o apoio de suporte do Bombeiros do município de Rio Verde e local para a alimentação no Centro de Atendimento ao turismo em Ouroana. Brindes e alimentos para os ciclistas foram patrocinados por algumas bicicletarias de Rio Verde. De acordo com Rhauder Francisco Alves, o evento não teve custo para os ciclistas pois fora realizado sem fins lucrativos, com a intenção de incentivar o turismo no distrito de Ouroana. Como parte de educação ambiental, o evento teve como finalidade de mostrar a todos os ciclistas a importância de desfrutar do ciclismo na natureza sem degradação da mesma e conscientizar sobre os lixos deixados após um turismo, que podem degradar toda natureza quanto dificultar o local para outros desfrutarem, pois alguns fazendeiros do entorno do Distrito de Ouroana, proibem o acesso às cachoeiras e trilhas devido o lixo que é deixado para trás após os passeios.

A divulgação do evento (Figura 37) foi somente pela internet na página do facebook do pedal ecológico e site www.rcomtec.com.br e também nos grupos de whatsapp dos pedais de Rio Verde-GO. Ao todo reuniu em média 180 ciclistas de Rio Verde, Acreúna, Santa Helena de Goiás, Quirinópolis, Maurilândia, Castelândia, Ouroana e Lagoa do Bauzinho.



Figura 37- Panfleto do 1º pedal Ecológico de Ouroana - 2019. Fonte: Rhauder Francisco Alves.

Na (Figura 38), demonstra os ciclistas reunidos em Ouroana para irem em direção à cachoeira Água Limpa, para o evento do primeiro pedal ecológico em Ouroana e a parada dos cicloturistas para o descanso próximo à cachoeira Água Limpa.



Figura 38- Ciclistas reunidos em Ouroana (A), Parada para descanso (B). Fonte: Rhauder Franscisco Alves.

Os cicloturistas aproveitaram a paisagem natural e fizeram pose para foto, no topo da cachoeira Água Limpa, de modo que teve como vista a paisagem que circunda a cachoeira. Assim, representa o mirante, escolhido pela pessoa para tirar foto, de modo que através deste, contemplasse tanto a paisagem, quanto aparte da cachoeira Água Limpa conforme (Figura 39).



Figura 39- Vista para a vegetação do topo da Cachoeira Água Limpa (A), Cicloturista contemplando a paisagem no topo da Cachoeira Água Limpa (B). Fonte: Rhauder Franscisco Alves.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo confirmou a possibilidade para a prática da modalidade de ecoturismo, todavia se acaso fosse implementada no município Políticas Públicas direcionadas para a modalidade de ecoturismo, as quais se fossem delegadas e também implementadas seria uma alternativa para a economia local, participação da comunidade e inserção de educação ambiental, em face de haver atrativos naturais no entorno do município ou nas proximidades, sendo estes na maioria caracterizados através das cachoeiras, as quais se encontram em propriedades privadas.

Por estarem em propriedades particulares, o desenvolvimento da modalidade de ecoturismo fica comprometido, pois depende da participação dos fazendeiros em facilitar a entrada dos ecoturistas em suas terras. De acordo com o estudo, principalmente no distrito de Ouroana, onde há mais representatividade, potencial e quantidade de cachoeiras para a implementação da modalidade do ecoturismo, outrora houvera a tentativa de parceria entre o município e os fazendeiros, a falta de Políticas Públicas dificultou a implementação do ecoturismo e ações concretas que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável do município.

Outro fator a considerar, são os atrativos naturais próximos de todos os distritos, contudo há o fator limitante da infraestrutura local, principalmente nos distritos secundários, para estarem recebendo os visitantes. Todavia, em questão de apoio e infraestrutura de acordo com o estudo o distrito sede, Rio Verde, possui suporte para apoiar as atividades que porventura seriam implementadas tanto no distrito sede quanto nos distritos secundários.

Então, para que tenha representatividade, os atrativos naturais do município de Rio Verde, se faz necessário planejamento envolvendo políticas públicas voltadas estritamente para a fomentação do ecoturismo, pois de acordo com o estudo, se as áreas com os atrativos mais relevantes (cachoeiras) fossem direcionadas à criação e implementação de Unidades de Conservação (UC), a exemplo da modalidade de Área de Preservação Ambiental (APA) pois estabelece critérios mais restritos de uso das propriedades, disciplinando as atividades que podem ou não ser desenvolvidas, assim como a proteção da biodiversidade, vegetação e fauna local, manejo do solo e dos recursos hídricos.

Esta categoria de UC seria uma estratégia para demonstrar as belezas naturais do município através da atividade de ecoturismo, promover oportunidades sociais, auxiliar na conservação da natureza, e elevar esta como marco diferencial ao receber visitantes no município demonstrando a atividade do agronegócio equilibrada com o meio ambiente,

cumprindo assim, o que diz o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 sobre meio ambiente: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado...”.

6 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P.A. **Práticas Sustentáveis ao Turismo de Aventura: As ações da Cerrado Aventuras – Pirenópolis - GO**. Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2014. Disponível em: <http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/14036/1/2014_PatriciaAraujoAguiar.pdf> Acesso: 02 mai. 2019
- ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **“Pontuação de risco irá guiar reavaliação de agrotóxicos”**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXrpx9qY7FbU/content/pontuacao-de-risco-ira-guiar-reavaliacao-de-agrotoxicos/219201?inheritRedirect=false&redirect=>> Acesso: 02 mai 2019
- ARRUDA, P.H.C.G; LOBO, S. M. S. Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável. **Revista do TCU**. Brasília – DF, ano 48, n.136, p. 39 -48, out, 2016. Disponível em: <<https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/issue/view/66>>Acesso : 20 mai. 2019
- BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2008. Disponível em: <http://files.gtsustentabilidade.webnode.com/200000055-d44dfd5476/4ed_O_Desafio_Do_Developolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf> Acesso: 10 fev. 2019
- BERTÉ, R. **Gestão socioambiental no Brasil**. Curitiba: Ibpex; São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRAGA, B.; et al. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. – 4º. Ed. – São Paulo: Escrituras Editora, 2015.
- BRASIL, **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**/ coordenação de Sílvia Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha. Brasília: EMBRATUR, 1994. V, - p.: II. Disponível: <http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizespoliticanacionalecoturismo1994.pdf> acesso: 07 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 90p.; 24cm. Disponível: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> Acesso : 05 jan. 2019
- BRASIL. Constituição (1999). **Lei nº 9795**, de 27 de abril de 1999. **Educação Ambiental: legislação federal**. Brasília, DF. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm> acesso em 03 de fevereiro de 2019.
- BRASIL. IBGE. Produto Interno Bruto dos municípios, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/rio-verde/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>> Acesso em 15 mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**. Texto elaborado por Luiz Fernando Ferreira, Maria do Carmo Barea Coutinho. Brasília: MMA/SCA/Proecotur, 2002. 52 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao04022009113510.pdf . Acesso em 11 de fev. 2019.

BRASIL, **LEI N° 6938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, dá outras providências. Brasília 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm> Acesso em 05 fev. 2019.

BRASIL, **LEI N° 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm> Acesso em 28 de Marc. 2019.

BRASIL. **Resolução CONAMA 1**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>> Acesso em: 06 fev. 2019

BRASIL, Ministério do Turismo. 2018: a natureza é principal atrativo de destinos – tendência no Brasil. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/10664-2018-natureza-%C3%A9-principal-atrativo-de-destinos-tend%C3%AAncia-no-brasil.html> Acesso em : 19 de mar. de 2019.

BRUNA, G. C. Água e ecoturismo. In: BRAGA, B; TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T.M; CIMINELLI, V.S.T. (Orgs). **Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação**. 4. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2015. Cap. 14. P. 459-478.

BUCHWEITZ, M. B; CUNHA, A. M. **Efetividade do ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável no Parque Estadual de Etapa e sua área de Entorno**. Artigo apresentado como conclusão do curso de Bacharel em Turismo. Centro Universitário Metodista do IPA, Porto Alegre-RS, 2014. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/folio/article/view/256/188>> Acesso: 19 fev. 2019

CABRAL, N. R. A. J; SOUZA, M. P. D. S. **Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens protegidas**. 2 ed. São Carlos: Rima 2005. 158 p.
CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. EPSJV/Expressão Popular, 2015. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/dossieagrototoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf> Acesso: 12 mai. 2019

CÉSAR, P. D. A. B. et al. **Caminhos do Futuro Ministério do Turismo – AVT/IAP – NT/USP ECOTURISMO**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: IPSIS, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/tu000004.pdf>> acesso em: 13 mar. 2019

DA PAIXÃO, T. B. A.; DE ANDRADE FRANCO, J. L. Água como atrativo ecoturístico na microrregião de Ceres (GO). **CIPEEX**, v. 2, p. 1300-1304, 2018. Disponível em: <<http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/CIPEEX/article/view/3125/1442>> Acesso: 20 mai. 2019.

DA SILVEIRA, M.R. **A dinâmica do Agronegócio no Estado de Goiás e a centralidade do município de Rio Verde**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de doutor em geografia. Brasília-DF. 2016. Disponível <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23036/1/2016_MichelRezendedaSilveira.pdf> Acesso: 05 jun. 2019

DE ARAÚJO, S. M. S. Desenvolvimento sustentável, ética e sustentabilidade econômica mundial. **Revista Geotemas**, v. 6, n. 2, p. 60-70, 2016. Disponível: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/view/1336/1264>> Acesso em: 05 fev. 2019

DEGRANDI, S.M. **Ecoturismo e interpretação da paisagem no Alto Camaquã/RS: Uma alternativa para o (dê)senvolvimento local**. Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia. Santa Maria, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9341>> Acesso: 04 mar. 2019.

DE LUCENA GOMES, M. D. S. et al. Repercussões da educação ambiental no desenvolvimento e na cidadania. **Revista de Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 4, n. 8, p. 225 – 244, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/240-Texto%20do%20artigo-717-1-10-20170606.pdf>> Acesso: 04 de mar. 2019

DE MOURA CARVALHO, Isabel Cristina. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. **Confluenze. Rivistadi Studi Iberoamericani**, v. 1, n. 1, p. 136-157, 2009. Disponível em: <<https://confluenze.unibo.it/article/view/1420>> Acesso 07 mai. 2019

DE SIQUEIRA, D. F. et al. “Análise da exposição de trabalhadores rurais a agrotóxicos.” **Revista Brasileira em Promoção da Saúde** v. 26, nº 2. 2014: 182-191. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2902/pdf>> Acesso: 12 mai. 2019.

DIAS, A.S.; DIAS, M. A.O. Educação ambiental: a agricultura como de sustentabilidade para a pequena propriedade rural. **Revista de Direitos Difusos**. v. 68, n.1, p. 161 - 178, 2017. Disponível em: <<http://ibap.emnuvens.com.br/rdd/article/view/29/17>> Acesso: 20 mai. 2019
DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DIEGUES, A. C. S'.A. Mito moderno da natureza intocada. 6º ed. **Revista e Ampliada** – São Paulo. Editora HucitecNupaub – USP/CEC, 2008. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf>> acesso em 26 fev 2019.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2010

DA SILVA MARANHÃO, C. H.; DE AZEVEDO, F. F. A Representatividade do Ecoturismo para a gestão pública do turismo no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Turismo 2018-2022. **Capa**, v.12,n.1,2019.Disponível:<<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6714/4278>>Acesso em: 15 fev. 2019

DOS SANTOS SOARES, A.; DA SILVA, Q P. O ecoturismo em áreas naturais protegidas: um instrumento para a competitividade. **NatureandConservation**, v. 3, n. 1, p. 44-62, 2010. Disponível:<<https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/576/1/O%20Ecoturismo%20em%20áreas%20naturais%20protegidas%20um%20instrumento%20para%20a%20competitividade.pdf>>Acesso em: 10 fev. 2019

DOS SANTOS, C. A .P; DE SOUZA, J.D.S; DE SOUZA, A.L.A; DOS SANTOS, V.C.P. O Papel das políticas públicas na conservação dos recursos naturais. **Revista geográfica acadêmica**,v.10,n.2,p.1829,2016.Disponível:<<https://revista.ufr.br/rga/article/view/3570/2084>> Acesso em : 02 fev. 2019

DO LAGO, A. A. C. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em:<<http://funag.gov.br/biblioteca/download/1047-conferencias-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf>>Acesso: 10 fev. 2019.

DUTRA, R.M.S; SOUZA, M.M.O. Impactos negativos do uso de agrotóxicos à saúde humana.**Hygeia**, v. 13, nº 24. 2017. p. 127-140. Disponível:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/34540>> Acesso 29 mai. 2019.

DUTRA, R.M.S; DE SOUZA, M.M.O. Cerrado, Revolução Verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza**, v. 29, nº 3, p. 473 – 488, 2017. Disponível:<<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/36367>> Acesso : 05 mar. 2019

EDUARDO, A.S. et al.. Matriz de insumo-produto na geração de emprego pelo ecoturismo no município de Campo Grande/MS: aspectos conceituais do estudo. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 2, n. 1, 2018. Disponível:<<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/6993>>Acesso: 20 mar. 2019

EMIDIO, T. M.; COIMBRA, J. Á. A. **Meio ambiente & paisagem**. Senac, 2017.

FERNANDES, R.; FONSECA, V.C; FRANSUALDO, F; BASTOS, M.L. Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 9, nº 2, 2011. Disponível:<http://pasosonline.org/Publicados/9211/PS0211_17.pdf> Acesso: 03 mar. 2019

FIGURELLI, A. H; PORTO, I. A relação entre turismo e Educação Ambiental e suas contribuições na luta por um mundo mais justo e preservado. **Revista Eletrônica do**

Mestrado em Educação Ambiental, v.20, jan./jun. 2008. Disponível em
:<<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3859/2303>> Acesso: 22 fev. 2019

FISCHER, M.L.; RENK, V.; RODRIGUES, G.; BORDINE, A.S.J. Interfaces entre a Bioética Ambiental e o Ecoturismo. **Bioethikos**, v. 8, n. 4, p. 413-421, 2014.
Disponível:<<http://www.saocamillo-sp.br/pdf/bioethikos/155567/A05.pdf>>Acesso: 25 mar. 2019

FRANCISCO, M.B.L. **Informação ambiental e mudança cultural: a escola em rede**.2011.92 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
<<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/744/1/Francisco2011.pdf>>Acesso: 20 mai. 2019.

GABRIEL, P. C. “**A importância das organizações internacionais na resolução da Questão climática: Pnuma e o debate em torno da Onuma**”. Monografia apresentada ao curso de graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado. São Paulo, FAAP, 2011. Disponível:
<http://www.faap.br/pdf/faculdades/economia/monografia/relinternacionais/2011/paula_carra_maschi_gabriel.pdf> Acesso: 03 fev. 2019.

GIONGO, P. R. et al. Uso dos solos em assentamentos rurais no Sudoeste Goiano/Use of soils of rural settlements in Southwest Goiano. **Brazilian Applied Science Review**, v. 3, n. 2, p. 1331-1347, 2019.
Disponível:<<http://www.brjd.com.br/index.php/BASR/article/view/1423/1310> Acesso: 29 mai. 2019

GOUVEIA, L. A. et. al. Fatores que influenciam a intenção de compra de viagens de ecoturismo e turismo de aventura1. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 7, n. 3, 2014.pp.551- 575. Disponível: <<https://pesquisas.face.ufmg.br/wp-content/uploads/sites/10/2015/11/Arquivo-3.pdf>> Acesso: 04 fev. 2019

GUIMARÃES, G. M. A.. et. al. Importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável de municípios com predominância do agronegócio. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em
:<<https://periodicos.ufv.br/ojs/rbas/article/view/2630/1115>> acesso em :01 mai. 2019.

GUIMARÃES, G.M.A. **Agronegócio, Desenvolvimento e sustentabilidade: Um estudo de Caso em Rio Verde-GO**.Tese (Doutorado em Ciências Agrárias Ambientais).2010.172f.
Disponível em:<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/332/1/Tese%20Gislene%20M%20A%20Guimaraes%20CIAMB%202010.pdf>> acesso 29 abr 2019.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012. Disponível:
<<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/589/276>>Acesso: 20 mai. 2019.

HAWKINS, D. E. et al. Oportunidades para o turismo ecológico nos países em desenvolvimento. **Turismo Global**. Ed. SENAC, São Paulo, p. 205-218, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **População 2018**. Rio Verde, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/rio-verde/panorama>> Acesso: 15 mai. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio Verde. Rio Verde, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/rio-verde/historico>> Acesso: 15 mai. 2019.

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Em extensão**, Uberlândia, v. 7, n. 1, 2008. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/20390-Texto%20do%20artigo-76872-1-10-20081105%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/20390-Texto%20do%20artigo-76872-1-10-20081105%20(1).pdf)> Acesso: 20 fev. 2019.

KUPSKE, C. **Exposição ao glifosato e incidência de câncer em agricultores familiares do Município de Cerro Largo-RS**. 2018. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Tecnologia Sustentáveis) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2018. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2108/1/KUPSKE.pdf>> Acesso: 20 mai. 2019

LEME, F. B. M.; NEVES, S. C. Dos ecos do turismo aos ecos da paisagem: análises das tendências do ecoturismo e a percepção de suas paisagens. **PASOS – Revista de Turismo y Patrimônio cultural**, v. 5, p. 209-223, 2007. Disponível: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/5207/PS060207.pdf>> Acesso: 03 març. 2019

LOBO, H. A. S; MORETTI, E. C. Ecoturismo: As práticas na natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 2, n. 1, p. 43-71, 2008. Disponível: <<https://www.rbtur.org/rbtur/article/view/94>> Acesso: 06 fev. 2019

LOUREIRO, C. F. B. et al. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/phocadownload/publicacoes/educacaoambiental/educacaoambientalegestaoparticipativaemunidadesdeconservacao.pdf>> Acesso: 13 mai. 2019

LOPES, C.V. A; ALBUQUERQUE, G.S.C.. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 518-534, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042018000200518&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> acesso em: 29 abr. 2019

LUNAS, J. R. D. S. **Ecoturismo sociedade anônima: sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena –MS**. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável) Universidade de Brasília. 2006. Disponível: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2559>> Acesso em: 20 abr. 2019

MACHADO, A. L. M; DE CONTO, S. M.. Práticas Ambientais para a minimização de impactos ambientais do ecoturismo: informações de Gestores de Agências de Viagem do Rio Grande do Sul. **CULTUR – Revista de Cultura e Turismo**, Caxias do Sul, n° 14, p.31-46, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/306>> Acesso em: 04 fev. 2019

- MACHADO, Á.L.D.M. **Práticas ambientais na seleção, no planejamento e na comercialização do ecoturismo: informações de ecoturismo do Rio Grande do Sul**. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/909>> Acesso: 20 fev. 2019
- MARANHÃO, C.H.S.; AZEVEDO, F.F. A Representatividade do Ecoturismo para a gestão pública do turismo no Brasil: uma análise do Plano Nacional de Turismo 2018 -2022. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 12, n. 1, fev/abr 2019, pp. 09-31. Disponível: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6714/4278>> Acesso: 10 mai. 2019
- MANO, E. B.; et al. **Meio Ambiente, poluição e reciclagem** – 2º ed. – São Paulo: Blucher, 2010.
- MARIANI, M. P. et al. Turismo e desenvolvimento local da comunidade de Ponta de Pedras/PA: a busca pela sustentabilidade. **UFMS, Campo Grande-MS–Brasil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. 2008. Disponível: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/353.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2019
- MARTINS, W. N. V. **Potencial carcinogênico dos agrotóxicos**. Artigo científico apresentado à faculdade de Enfermagem da UNIRV-Universidade de Rio Verde, como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem. 2013.14 p.
- MAY, P. H. **Economia do meio ambiente**. Teoria e prática, 3º ed. Rio de Janeiro: Elsevier 2018.
- MEDEIROS. W.L.L. A atividade do ecoturismo como instrumento de preservação e conservação do meio ambiente. Dissertação (Mestrado em Direitos Sociais) São Paulo. 2006 Disponível: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/7365>> 16 fev. 2019
- MENDONÇA, R. **Meio ambiente & natureza**. Senac, 2017.
- MENDONÇA. S. Análise da utilização do espaço natural do Poço Azul/DF para a prática do ecoturismo. Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de turismo do UNICEUB – Centro Universitário de Brasília. Brasília-DF.2008. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2332/2/20178940.pdf>> Acesso: 16 mai. 2019.
- MENEZES, U. M. et al. Sustentabilidade e Seus Benefícios: Práticas e Ações Sustentáveis Desenvolvidas em Empresas do Distrito Industrial dos Imborés. Anais Eletrônicos SEMAD, ISSN, 2018. Disponível <<http://periodicos.uesb.br/index.php/sasb/article/viewFile/6083/5834>> Acesso em: 22 fev. 2019.
- Ministério público de Goiás Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/unidades-de-conservacao#.XGxykuRKjMw>. acesso 19 fev. 2019
- MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: UEPG, 2014

MOREIRA, J.C. Interpretação ambiental, aspectos geológicos e geomorfológicos. Boletim de Geografa, v. 30, nº 2, p. 87-98. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/13694>> Acesso: 06 fev. 2019

NEIMAN, Z. **A Educação Ambiental através do contato dirigido com a natureza.** Tese(Doutorado em psicologia) -Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-19062008-085321/pt-br.php>> Acesso: 06 fev. 2019.

NODARI, M.Z.R. **As contribuições do turismo para a economia de Foz do Iguaçu.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento econômico) -Universidade Federal do Paraná. 97 f. 2007. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61869>> Acesso : 20 fev. 2019.

OLIVEIRA, J.S. **Blocos no poder, aparelhos de estado e o consumo de agrotóxicos no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24152/1/Dissertação%20-%20Jaqueline%20Souza%20de%20Oliveira%202016.pdf>> Acesso: 20 fev. 2019

PEREIRA, S. S.; CURI, R. C. Meio ambiente, impacto ambiental e desenvolvimento sustentável: conceituações teóricas sobre o despertar da consciência ambiental. **REUNIR– Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 2, n. 4, p. 35-57, 2012. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/meio-ambiente-impacto-ambiental-e-desenvolvimento-sustentavel-conceituacoes-teoricas-sobre-o-despertar-da-consciencia-ambiental.pdf>>Acesso: 05 jan. 2019

PIRES. Z. **Rio Verde Relato Histórico.** Rio Verde: IAM Gráfica e editora, 1998. 129

PIZARRO, R.E.C; DE ALMEIDA, M.G. O agronegócio e as potencialidades turísticas no município de Rio Verde-Goiás. **Boletim Gaúcho de Geografia** v. 32, nº1. 2007. Disponível em:<<https://www.seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37451/24201>> acesso: 29 abr. 2019

PORTO; P.D.C; CARDOSO; E. S; SILVA, J. D. O Potencial do Ecoturismo e do Turismo de Aventura no Município de Santa Maria-RS e seu Entorno. **Revista Turismo em Análise**, v. 25, n. 2, p. 261-284, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/83791-Texto%20do%20artigo-118074-1-10-20140909.pdf>> Acesso: 03 fev. 2019

REZENDE.E.C.N.et al.Glifosato.**AnaisSNCMA**,v.8,n.1,2017.Disponível:<<http://anais.unieva.ngelica.edu.br/index.php/sncma/article/view/83/83>> Acesso: 11 mai. 2019.

RIBEIRO, E. M; NASCIMENTO, E. P. **O Futuro do Ecoturismo cenários para 2025.** Curitiba: Appris, 2016.

RIBEIRO, E. M. **Prospectiva e Sustentabilidade do Ecoturismo: Uso da técnica de construção de cenários no Estado do Amazonas.** Brasília, 2013. 210 p. Disponível: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14319>>Acesso: 05 jan. 2019

RIO VERDE. **Lei Complementar nº 79/2017**. Altera a lei Complementar nº 6279/2013, que dispõe sobre a organização administrativa do Município. Disponível em: <<http://www.rioverde.go.leg.br/conteudo/projetoleis/090320170330340.pdf>> acesso: 28 abr.2019

RIO VERDE. **Lei Municipal nº 5.090/2005**. Código Ambiental Municipal. Rio Verde GO,28 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.rioverde.go.gov.br/arquivos/lei5090.pdf>>Acesso: 20fev. 2019.

RIO VERDE. Prefeitura Municipal. **A cidade A história**. Disponível em: <<http://www.rioverde.go.gov.br/i.php?si=aci&id=3>> Acesso: 04 jun. 2019.

RIO VERDE. **Lei Complementar nº 5.318/2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor e o Processo de Planejamento do Município de Rio Verde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.rioverde.go.gov.br/arquivos/5318_plano_diretor.pdf>acesso:28 abr. 2019

RODRIGUES, J.M. **Ecoturismo e Assentamento**: Uma agenda sustentável para trabalhadores rurais em Padre Bernardo-GO.Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do certificado de Especialista em Ecoturismo. Brasília, 2003. 102 p.

RUSCHMANN, D. V. D. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas:Papirus,2012.Disponível:<<http://sustenere.co/index.php/nature/article/view/ESS1983-8344.2008.001.0001>>Acesso: 20 abr. 2019

SILVA, C. E.. et. al.. Ecoturismo na Floresta Nacional do Ibura como potencial fomento de sociedades sustentáveis. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v. 1, n. 1, p. 6-17, 2008. Disponível em:<<http://sustenere.co/index.php/nature/article/view/ESS1983-8344.2008.001.0001>>Acesso: 06 jan.2019

SILVA, C. E. Proposta de monitoramento integrado da educação ambiental e do ecoturismo em unidades de conservação de Sergipe. **Revista Nordestina de Ecoturismo**. v. 3, n. 2, p. 31-49, 2010. Disponível: <<https://sustenere.co/index.php/nature/issue/view/8>> Acesso: 10 fev. 2019

SISINNO, C. L. S; FILHO, E.C.O. **Princípios de toxicologia ambiental: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

SOARES, F.B.et al.Unidades de Conservação no Estado de Goiás: Análise do potencial para áreas de proteção integral na microrregião de Ceres. **Anais SNCMA**, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/sncma/article/view/10>>Acesso: 03fev. 2019

STEFANINI, C. J.;CONSONI, F. L. Ecoturismo: contato com a natureza com conforto e preço justo. **Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local**, v. 5, n. 13, p. 1-17, 2012. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/13/jslc.pdf>>Acesso: 06 fev. 2019

THIESEN, E. **Glifosato: um enfoque sobre a exposição ocupacional**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do trabalho da

Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Engenharia de Segurança do trabalho Engenharia. Tubarão. 2017. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/3159/Monografia%20Elton%2013_10.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: 31 mai. 2019

THOMAS, J. M.; CALLAN, S. J.. **Economia ambiental: fundamentos, políticas e aplicações**. São Paulo: Cengage. Learning, 2012.

TRIGUEIRO, R. D. M. et al.. **Metodologia Científica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A, 2014.

VEIGA, J. E. D.; ZATZ, L. Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse. **Campinas, SP: Autores Associados**, 2008.

ZAÚ, A.S. A conservação de áreas naturais e o Ecoturismo. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 7, n. 2, maio/jul 2014, p. 290 – 321. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6315/4020>> Acesso: 13 mai. 2019

ANEXOS

Apresentação

Olá, me chamo Liliane Faria Moura, sou aluna do Instituto Federal Goiano, e estou realizando uma pesquisa sobre Ecoturismo no município de Rio Verde e distritos de Lagoa do Bauzinho, Riverlândia e Ouroana, sendo que o resultado da pesquisa é para apresentação de Trabalho Acadêmico de Conclusão do Curso de Engenharia Ambiental, sob orientação do Professor Juarez Martins Rodrigues e co-orientação do Professor Hipólito Tadeu Ferreira da Silva. O objetivo da entrevista é descobrir *in locu*, o que o município de Rio Verde e seus distritos possuem como atrativo para o ecoturismo, a fim de contribuir com a conservação, atividade turística e educação ambiental.

Sua participação é voluntária. Desde já agradecemos a sua participação contribuição para que a pesquisa seja realizada.

Entrevista com a comunidade e gestores

Nome do Entrevistado: _____

Assinatura: _____

Endereço: _____

1) Qual o nome da cidade/distrito?

2) Você sabe o que é ecoturismo?

 sim não

3) Quais são os atrativos naturais da cidade?

 cachoeiras trilhas rapel outros Quais? _____

4) Na cidade há pessoas produtores de:

a) Artesanato

Se sim, Quem?

b) Pessoas que trabalham com a produção de mel

 sim não

5) Na cidade possui centro de atendimento ao turista (CAT)?

 sim não

6) Na cidade há pessoas que atuam como guias na região?

 sim não

7) O que você acha interessante na sua cidade/ entorno e que poderia contribuir para o desenvolvimento da mesma?

Entrevista com o Gestor de turismo de Rio Verde- GO

Nome do entrevistado: Sr. Laudelino Nogueira Guimarães Júnior

Endereço: Diretoria de Turismo de Rio Verde

Primeiramente a entrevista fora com as mesmas questões realizadas à comunidade, logo após foram realizadas outras perguntas, tais como:

- 1) Há atividades atualmente relacionadas ao ecoturismo em Rio Verde ou nos distritos?
- 2) Nas escolas de Rio Verde e distritos, há atividade relacionada à educação ambiental?
- 3) Atualmente há alguma estratégia do setor de turismo de Rio Verde visando a interação da comunidade com a natureza
- 4) É sabido que, o contato do homem com a natureza promove o bem estar físico e mental. Em Rio Verde há alguma empresa cadastrada especializada em excursões voltada para o ramo do ecoturismo?

Documento Informal fornecido pela Diretoria de Turismo de Rio Verde- GO sobre o distrito de Ouroana

Distrito de Ouroana: seus atrativos naturais e sua vocação para o Ecoturismo

Ouroana está situada em um vale rodeada por serras e voltado para este vale possui cinco cachoeiras com grande potencial turístico, são elas: Cachoeira da Água Limpa; Cachoeira da Água Limpinha; Cachoeira do Inferninho; Cachoeira da Pitanga e Cachoeira do São Francisco, e centenas voltadas para esse lindo verdejante, nos dando status de uma das regiões mais ricas de nascentes de águas do Estado de Goiás, justificando assim o esforço das autoridades no sentido de criar organizações de proteção de nascentes que viabilizam de forma salutar a manutenção e proteção do meio ambiente.

Ouroana um lugar onde a natureza demonstrou sua generosidade e sem modéstia revela o dom de ser perfeita! Sem pressa, mas com precisão aos poucos vem esculpindo, lapidando pouco a pouco, harmonicamente, vales verdejantes envoltos ao cerrado, com árvores pitorescas de todas as formas, que se deixam tocar pelo vento e uma fauna silvestre exuberante, rica em diversidade de aves e animais silvestres, que também se faz presente homenageando as belas paisagens! Entre árvores em pleno cerrado, de repente, brotam águas que percorrem caminhos até formarem piscinas cristalinas irresistíveis, o verde das matas se mistura com as pedras que revelam paredões cercando, protegendo toda beleza das cachoeiras, riachos e cascatas que passeiam entre eles, quedas d'águas de até 80 metros, surpreendem pela sua força e só de aproximar um pouco mais já é possível sentir a sua garoa.

Ouroana desde sua descoberta se mostra valente protetora da natureza que a rodeia, totalmente virgem suas matas, montanhas, vales, cerrados, cachoeiras e riachos, estão prontos para uma nova modalidade de turismo, o ecoturismo, com uma variedade infinita de opções que vão de trilhas, rapel, asa delta, vôo livre, parapente, cavalgadas, enduros etc. Com o apoio necessário esses sonhos podem se tornar realidade e todos poderão desfrutar dessa natureza extraordinária!

Documento informal fornecido pela Diretoria de Turismo de Rio Verde sobre o projeto Sexta-Feira na Feira.

Histórico resumido do Projeto Sexta-feira na Feira idealizado e promovido pela Diretora Municipal de Turismo

Planejamento, implementação e concretização do projeto: **Sexta –Feira na Feira**, a maior feira itinerante de artesanato da região, com variedades de produtos artesanais e atrações.

Além das edições estipuladas pelo calendário oficial divulgado todo início de ano, são realizadas **edições especiais** sempre atendendo a convites das mais variadas instituições. Até o final do ano em curso, o projeto: Sexta—Feira na Feira terá realizado um total de 35 (trinta e cinco) edições ao longo do biênio (2017/2018), levando em consideração as edições oficiais e especiais.

Parcerias se integraram ao projeto no sentido de viabilizá-lo e promover ações que resultaram em benefícios para a sociedade rio-verdense. O projeto Sexta-feira na Feira possui um regulamento próprio, firmado acordo com os(as) artesões(ãs).

O projeto “**Sexta feira na Feira**” tem uma periodicidade **mensal**, porém pode ser quinzenal dependendo das especificidades do calendário, iniciando-se em março e finalizando em dezembro. Foi definido um planejamento que não prevê edições da feira nos meses de janeiro e fevereiro, sendo retomadas sempre, a partir de março.

A idéia na feira é proporcionar aos (as) artesões (ãs) a oportunidade de comercializar os seus trabalhos e disponibilizar os seus serviços em um local propício e de grande movimentação. Nesta linha de raciocínio foi estabelecido que a feira seja itinerante, e que seja realizada nas principais praças do município de Rio Verde, e ou em locais públicos que garantam as condições mínimas necessárias para a estruturação e realização do evento. Todos os artesões (ãs) são convidados a participar de todas as edições, desde que, inscrevam-se dentro do prazo estipulado pela Diretoria de Turismo, e estejam de acordo com as regras estabelecidas pelos idealizadores e responsáveis pelo evento, garantindo desta forma, a organização e o padrão de qualidade que quer se imprimir em respeito ao público. As inscrições para cada edição poderão ser feitas gratuitamente na sede da Diretoria Municipal de Turismo, portanto uma cópia do RG, CPF e comprovante de endereço atual.

São comercializados peças em crochê, pinturas, bordados, além dos tradicionais artesanatos e esculturas de madeira, pinturas em tela e tecido, jogos americanos de palha e de fibra de bananeira, tapetes feitos no tear, biscuits etc. Somente artesões (ãs) cadastrados (as) e inscritos (as) na Diretoria de Turismo podem participar do evento.

As feiras de artesanato itinerantes do projeto Sexta-feira na Feira, apesar de pouco tempo de existência tornaram-se bastante populares e atrativas aos olhos da população rio-verdense, fazendo parte do calendário cultural do Município. Para tanto, estabeleceu-se que, além da comercialização de produtos artesanais, contamos com a parte gastronômica, entretenimento para as crianças, shows com artistas da terra, números de dança, peças de teatro e cantores para atender aos mais variados gostos e gêneros a cada edição. O projeto; Sexta-Feira na Feira visa, sobretudo, criar uma opção e um espaço para a família rio-verdense.